



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA  
BAHIA**

Departamento de Educação – DEDC – **MPEJA**  
Campus I

Programa de Pós-Graduação - Mestrado  
Profissional em Educação de Jovens e Adultos

FABIO PEIXOTO

**A DIVERSIDADE E O MULTICULTURALISMO NA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:**

Reflexões sobre a prática pedagógica de professores e professoras

SALVADOR-BA  
2020

FABIO PEIXOTO

**A DIVERSIDADE E O MULTICULTURALISMO NA  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:**

Reflexões sobre a prática pedagógica de professores e professoras

Dissertação apresentada para exame de Banca avaliadora composta com ciência do Departamento de Educação I, da Universidade do Estado da Bahia, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação de Jovens e Adultos.

**Área de concentração:** Gestão Educacional e Tecnologias da Informação e da Comunicação.

**Orientadora:** Dra. Maria da Conceição Alves Ferreira.

SALVADOR-BA  
2020  
FICHA CATALOGRÁFICA

P

PEIXOTO, Fabio.

A diversidade e o multiculturalismo na educação de jovens e adultos: reflexões sobre a prática pedagógica de professores e professoras – Bahia/ Fabio Peixoto. -- Salvador, 2020.

101 fls: il.

Orientador(a): Profa. Dra. Maria da Conceição Alves Ferreira. Inclui Referências Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Campus I. 2020.

1. Diversidade. 2. Multiculturalismo. 3. Prática pedagógica. 4. Educação de Jovens e Adultos.

CDD: 370

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009,  
DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS - MPEJA



DEDC - CAMPUS I  
Departamento  
de Educação



UNEE  
UNIVERSIDADE DE  
ESTADO DA BAHIA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### A DIVERSIDADE E O MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES E PROFESSORAS

**FABIO PEIXOTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Educação de Jovens e Adultos – Mestrado Profissional - MPEJA, Área de Concentração III – Gestão Educacional e Tecnologias da Comunicação, em 20 de julho de 2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES FERREIRA (UNEB)



Doutorado em Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. PATRICIA LESSA SANTOS COSTA (UNEB)



Doutorado em Programa de Pós Graduação Em Ciências Sociais  
Universidade Federal da Bahia Prof. Dr. CLAUDIO PINTO NUNES (UESB)



Doutorado em Educação  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Boaventura de Souza Santos

## AGRADECIMENTOS

*Rendam graças ao Senhor, pois Ele é bom; o Seu amor dura para sempre.*

(1 Crônicas 16:34).

Mesmo sabendo que a Bíblia Sagrada não é um livro para fins acadêmicos, busco nessa passagem bíblica, através desse versículo uma forma de agradecer em primeiro lugar o eterno Deus, o Autor de minha existência, Aquele que absolutamente tudo me concedeu durante esse processo de formação.

### A minha família

A maior riqueza que tenho e por me amar exatamente como sou. Pois nas horas que precisei sempre fui tomado pelas mãos daqueles que me geraram e, mesmo na distância, recebi conforto e em momentos de felicidades nunca me senti só.

A coordenação do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos  
Muito agradecido pela partilha de conhecimento profissional.

A minha orientadora Dra. Maria da Conceição Alves Ferreira

Sua maneira amável desde o primeiro contato até o final desta pesquisa tornou este trabalho dissertativo uma experiência maravilhosa. Professora/orientadora de um coração enorme, que comigo foi além do profissional, acolhendo-me nos momentos que mais precisei. Você ficará eternamente guardada em meu coração.

Muito obrigado!

Aos meus colegas

Meu carinho e gratidão pelas trocas de experiências e por representa-los durante o curso.

Ao mestre Gilberto Pereira Fernandes

Muito obrigado pelo silêncio quando eu reclamava e, por suas palavras de estímulo quando eu me calava. Obrigado por partilhar comigo suas experiências na formatação desse texto.

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E ORGANOGRAMAS

### GRÁFICOS

**Gráfico 1:** Abordagem das temáticas.....79

### QUADROS

**Quadro 1:** Falas dos sujeitos sobre diversidade na EJA.....80

**Quadro 2:** Falas dos sujeitos sobre multiculturalismo na EJA.....82

### ORGANOGRAMAS

**Organograma 1:** Diversidade X Multiculturalismo.....84

**Organograma 2:** Abordagem dos temas diversidade e o multiculturalismo na prática pedagógica na EJA.....86

## LISTA DE SUBSTITUIÇÃO DOS NOMES NAS ENTREVISTAS

Entrevista nº 01.....Sol

Entrevista nº 02.....Lua

Entrevista nº 03.....	Céu
Entrevista nº 04.....	Raio
Entrevista nº 05.....	nuvem
Entrevista nº 06.....	Estrela
Entrevista nº 07.....	Água
Entrevista nº 08.....	Mar
Entrevista nº 09.....	Areia
Entrevista nº 10.....	Vento
Entrevista nº 11.....	Ar
Entrevista nº 12.....	Fogo
Entrevista nº 13.....	Terra

PEIXOTO, Fabio. **A diversidade e o multiculturalismo na educação de jovens e adultos**: reflexões sobre a prática pedagógica de professores e professoras. 2020. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador/BA, 2020.

## Resumo

O presente estudo traz reflexões sobre a prática pedagógica de professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos no tocante aos temas: diversidade e multiculturalismo. Partimos do princípio de que a educação é um processo que acontece não somente na escola, mas também na família e na sociedade e por isso, deve ser vista como um processo de socialização mais amplo, englobando valores e uma visão de mundo onde circundam práticas sociais. Adotamos a concepção de multiculturalismo como um princípio da pluralidade de identidades culturais, que tem a heterogeneidade como marca de cada grupo em oposição à padronização e uniformização definidas pelos grupos dominantes. A pesquisa permitiu tecer reflexões sobre a prática pedagógica de professores e professoras no tocante as discussões sobre a diversidade e o multiculturalismo em turmas da Educação de Jovens e Adultos. Nesse interim buscamos compreender como a prática pedagógica de professores e professoras pode potencializar o debate sobre a diversidade e o multiculturalismo na Educação de Jovens e Adultos. Tal objetivo busca responder à questão de pesquisa: Como a prática pedagógica de professores e professoras pode potencializar a discussão sobre a diversidade e o multiculturalismo em turmas da Educação de Jovens e Adultos? Por meio de uma abordagem qualitativa, realizamos entrevistas semiestruturada e aplicamos um questionário para coleta de informações, que nos permitiu investigar, problematizar e levantar reflexões. Uma breve análise dos resultados alcançados deixa evidente que é fundamental à existência de um ambiente que permita o diálogo e a reflexão sobre os temas recorrentes. No que concerne a discursão sobre diversidade e o multiculturalismo no contexto de sala de aula da EJA, ficou evidente, ser imprescindível que professores e professoras desenvolvam a atividade pedagógica de forma flexível, sempre dando atenção aos acontecimentos, interações e possíveis atitudes preconceituosas que possam se manifestar. Em detrimento disso, jamais se omitir ou ignorar tais manifestações, pelo contrário, deve promover o debate sobre o tema, assim que ele surgir, interrompendo o curso da aula e (re)planejando as próximas, se necessário.

Com isso, será possível atender as demandas discursivas sobre os temas suscitados.

**Palavras chave:** Diversidade. Multiculturalismo. Prática pedagógica. Educação de Jovens Adultos.

PEIXOTO, Fabio. **Diversity and multiculturalism in youth and adult education: reflections on the pedagogical practice of male and female teachers.** 2020. Graduate Program Professional Master in Education of Youth and Adults - MPEJA. State University of Bahia - UNEB, Salvador/BA, 2020.

## **Abstract**

The present study brings reflections on the pedagogical practice of teachers of Youth and Adult Education regarding the themes: diversity and multiculturalism. We start from the principle that education is a process that happens does not only at school, but also in the family and in society and therefore, it should be seen as a broader socialization process, encompassing values and a worldview where social practices surround. We adopt the concept of multiculturalism as a principle of plurality of cultural identities, which has heterogeneity as a mark of each group as opposed to the standardization and uniformity defined by the dominant groups. The research allowed reflections on the pedagogical practice of male and female teachers regarding the discussions about diversity and multiculturalism in Youth and Adult Education classes. In the meantime, we seek to understand how the pedagogical practice of male and female teachers can enhance the debate on diversity and multiculturalism in Youth and Adult Education. This objective seeks to answer the research question: How can the pedagogical practice of male and female teachers enhance the discussion about diversity and multiculturalism in Youth and Adult Education classes? Through a qualitative approach, we conducted semi-structured interviews and applied a questionnaire to collect information, which allowed us to investigate, discuss and raise reflections. A brief analysis of the results achieved shows that it is fundamental to the existence of an environment that allows dialogue and reflection on recurrent themes. Regarding the discourse on diversity and multiculturalism in the context of the EJA classroom, it became evident that it is essential that teachers develop the pedagogical activity in a flexible way, always paying attention to events, interactions and possible prejudiced attitudes that may arise. manifest. To the detriment of this, never omitting or ignoring such manifestations, on the contrary, should promote the debate on the theme, as soon as it's appears, interrupting the course of the class and (re)planning the next ones, if necessary. With this, it will be possible to meet the discursive demands on the issues raised.

**Keywords:** Diversity. Multiculturalism. Pedagogical Practice. Youth and Adult Education.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
------------------------	-----------

**1 O MULTICULTURALISMO, A DIVERSIDADE E A PLURALIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....19**

1.1 O MULTICULTURALISMO E A DESIGUALDADE NA EJA.....21

1.2 DIVERSIDADE E A PLURALIDADE CULTURAL NA EJA.....33

**2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES E PROFESSORAS NA PERSPECTIVA MULTICULTURAL NA EJA.....46**

**3 NARRATIVA DO PESQUISADOR: O ITINERÁRIO METEDOLÓGICO .....66**

3.1 O LÓCUS DA PESQUISA DE CAMPO.....67 3.2 ELEMENTOS NARRATIVOS PRESENTES NAS RESPOSTAS COLETADAS..68 3.3 ETAPAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....72

**4 ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NAS ENTREVISTAS REALIZADAS POR MEIO DE QUESTIONÁRIO.....75**

**CONCLUSÃO.....**

88

**REFERÊNCIAS.....93**

**APÊNDICES .....97**

**INTRODUÇÃO**



O presente texto dissertativo é fruto de uma pesquisa com professores e professoras da educação básica atuante na Educação de Jovens e Adultos. O tema abordado, não foi escolhido aleatoriamente, está de certo modo relacionado à minha atividade acadêmica e profissional ao longo dos anos. Cada uma das categorias adotadas (diversidade, multiculturalismo, prática pedagógica e EJA) emergiu de uma inquietação em algum momento do meu processo formativo como estudante e/ ou profissional da educação.

A EJA surgiu como categoria de pesquisa a partir do momento em que comecei a desenvolver atividade docente na educação básica. Tudo começou a partir do desenvolvimento de um projeto de matrícula de “porta em porta” para formar uma turma com objetivo de promover alfabetização de adultos e idosos o qual foi bem acolhido pela comunidade e o número de matrícula foi muito além da expectativa; formei três turmas de jovens, adultos e idosos e as aulas de alfabetização foram oferecidas a noite, criando vagas para contratação de novos professores, merendeira e pessoal de apoio do município.

À medida que fui desenvolvendo o trabalho de coordenação na alfabetização de idosos, foram também aparecendo outros problemas de convivência no qual se refere à diversidade entre os alunos, como: diferença de idade, costumes, etnias, comportamento social e uma forte diferença religiosa. Apesar de ainda não ter consciência, foi possível perceber o multiculturalismo explícito pelas diferentes culturas presente no mesmo ambiente.

A escolha por discutir a prática pedagógica, se deu a partir do início dos estudos do Mestrado em Educação de Jovens e Adultos nas disciplinas cujas ementas contemplavam temas como: formação de professores e suas atividades pedagógicas na EJA. A partir das leituras, discussões e relatos de experiência, percebi o quanto é importante pesquisar a prática pedagógica de professores e professoras.

A seguir, apresento um pouco de minha trajetória pessoal e profissional, cujas vivências tornam evidentes a escolha do tema central da pesquisa: A Diversidade e

o Multiculturalismo na Educação de Jovens e Adultos: reflexões sobre a prática de professores e professoras na contemporaneidade, um tema que contempla todas essas categorias nas quais venho me empenhando em realizar estudos e pesquisas ao longo da minha trajetória educacional, vida pessoal, acadêmica e profissional.

Eu nasci em 19 de Julho de 1977, no Estado do Rio de Janeiro, filho de Floriano Bastos Peixoto e Maria Pacheco Peixoto, trabalhadores, alfabetizados, mas, sem formação na educação básica concluída e ainda assim sonharam com uma formação acadêmica para os filhos. Um sonho que pude concretizar, com muito esforço e colaboração dos meus pais. De origem pobre e desprovido de muitos recursos, sempre fui aluno de escola pública e desde criança me identifiquei com o ofício de ser professor, de modo que despertava em meu coração o desejo de ser um educador comprometido com os alunos, principalmente com aqueles que sempre estiveram à margem da sociedade.

O apoio familiar foi fundamental para que ainda muito jovem, com apenas 17 anos de idade e fazendo curso técnico em Magistério no Colégio Estadual Dr. Clériston Andrade em Eunápolis, em 1994, época em que poucas pessoas concluíam o ensino médio por falta de recursos, já nascia em meu coração o desejo de ser professor; e antes mesmo de completar a maior idade me ofereci para cumprir um estágio sem remuneração, somente para desenvolver minha prática pedagógica naquela comunidade escolar na qual fui alfabetizado aos seis anos de idade em 1983. O estágio como professor foi possível, pois eu vivia próximo a essa escola e era conhecido por toda a comunidade que sofria com a ausência muito frequente da professora por motivo de doença, fato que fortaleceu a necessidade de um professor substituto, época em que pude realmente me entregar à educação pública.

Em 1995, houve um concurso público para professores, mas como não havia concluído o ensino médio, não pude participar do processo seletivo, fato que me deixou desolado. Passados alguns anos, já tendo concluído o curso técnico em magistério, consegui meu primeiro contrato para exercer a função de professor no programa Federal Acelera Brasil, que atendia alunos com defasagem, idade/serie.

Em maio de 2000, tomei posse do concurso público no qual ocupei a vaga de professor regente no ensino fundamental, no qual atuei com empenho e dedicação,

uma vez que estava fazendo o que mais amava que é lecionar. Ainda hoje, com

12

mais de 20 anos na docência continuo amando o que faço e busco atuar e me realizar nessa profissão para o qual tracei um ideal onde espero conseguir cumpri-lo, pois a felicidade está em fazer o que se ama.

Em 2002, fui aprovado no programa do Governo Federal, Rede UNEB 2000, que ofertava o curso de Pedagogia para professores e professoras da rede pública não licenciados. Em 2004, com uma inquietação e percebendo que os pais e avós de nossos alunos não sabiam nem assinar o próprio nome nas reuniões de pais e mestres, realizei um trabalho individual de matrícula de “porta em porta” para alfabetização de adultos. Nesse mesmo ano eu fazia o curso de pedagogia pela manhã, ministrava aula a tarde e à noite.

O empenho no projeto culminou em convite para coordenar o ensino de jovens, adultos e idosos na mesma Escola Municipal Adventista do Moises Reis em Eunápolis, onde eu ministrava aulas no período da tarde. Nessa época comecei a entender a importância de discutir questões sobre diferenças entre pessoas com distintas idades, costumes e crenças, no mesmo espaço escolar.

Em 2008, fui convidado a atuar num projeto Escola Cidadã, onde não usávamos apenas a sala de aula como espaço educacional, mas todo ambiente externo da escola, como também praças, quadras de futebol para promover eventos com a finalidade de realizar atendimento médico, jurídico e atividades de lazer. Esse projeto atuava em parceria com a secretaria de educação, de ação social e administração pública.

No ano de 2010, consegui transferência para uma escola mais próxima a minha residência. Percebendo a carência de professores de Língua Inglesa nessa mesma escola, iniciei o curso de licenciatura em Língua Estrangeira Moderna Inglesa, oferecida pelo programa do Governo Federal, PARFOR, ministrado pela Universidade Estadual de Santa Cruz na cidade de Ilhéus.

A formação em Língua Inglesa contribuiu muito para o trabalho didático pedagógico desenvolvido com alunos surdos na escola em que lecionava, comecei a ministrar aulas de inglês instrumental para alunos surdos e essa experiência contribuiu para que eu desenvolvesse o trabalho de conclusão de curso abordando

questões como inclusão, diversidade e prática pedagógica de professores e professoras.

13

Em 2016, iniciei uma pós-graduação em Psicopedagogia clínica e institucional, pois queria compreender melhor como trabalhar os temas inclusão e diversidade, uma vez que esses temas circundavam o contexto educacional no qual eu vivia, buscando entender as dificuldades de aprendizagem dos alunos diante de um cenário de convivência heterogêneo. Durante esse período realizei atividades de estágio, as quais me possibilitaram compreender melhor as diferenças que temos em sala de aula.

Em 19 de Julho de 2017 fui aprovado na seleção para o mestrado profissional em Educação de Jovens e Adultos MPEJA pela Universidade Estadual da Bahia. A escolha desse mestrado se deu por abordar a EJA e as questões da complexidade do ensino para jovens e adultos, público com o qual trabalhava e continuo trabalhando até os dias atuais. O estudo no programa me permitiu realizar mudanças em minha prática pedagógica e me aprofundar em temas como: inclusão, diversidade, multiculturalismo e reflexões sobre prática pedagógica.

O estudo dos temas supracitados vem se tornando cada vez mais constante ao ponto de serem assumidos como principal área de interesse. Desse modo, optei por desenvolver uma pesquisa cujo levantamento de informações, discussões e diálogos culminaram para elaboração de um texto dissertativo a ser apresentado no programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos.

A presente pesquisa versa sobre a prática pedagógica de professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos, a diversidade e o multiculturalismo. Partindo do princípio que a educação é um processo que acontece não somente na escola mas também na família e na sociedade. Devemos ver a educação como um processo de socialização mais amplo, que diz respeito a valores e a uma determinada visão de mundo constituído de relações e práticas sociais. É preciso adotar concepções que privilegiem as atividades socioculturais e as múltiplas identidades.

Assim, adotamos a concepção do multiculturalismo crítico, que é um princípio da pluralidade de identidades culturais; a heterogeneidade como marca de cada

grupo e a oposição à padronização e uniformização definidas pelos grupos dominantes.

14

É papel da escola, discutir as questões que envolvem o direito à diferença nas relações sociais como forma de assegurar a convivência pacífica e tolerante entre os indivíduos caracterizando o compromisso com a democracia e a justiça social em meios às relações de poder em que as diferenças são construídas.

Concebemos o multiculturalismo na perspectiva crítica, resistência que “pode contribuir para desencadear e fortalecer ações articuladas a uma prática social cotidiana em defesa da diversidade cultural, da vida humana, acima de qualquer forma discriminatória, preconceituosa ou excludente” (HADDAD, 2008, p. 64).

Quem fala de multiculturalismo, diversidade e inclusão social, fala também de exclusão social. Não estaríamos falando de inclusão se não houvesse os excluídos, aqueles que por alguma razão estão sendo renunciados de um grupo, de uma comunidade ainda que de forma sutil pareçam não estar excluídos. Não dá para ignorar é preciso abordar ações de inclusão dessas pessoas.

Ao falar em inclusão é fundamental discutir sobre a educação inclusiva cujo maior desafio hoje é incluir verdadeiramente e oferecer condições propícias a escola regular, a qual deve contar com profissionais capacitados para receber qualquer sujeito que queiram inserir-se no contexto da EJA. É necessário reconhecer que antes de praticar a inclusão, necessariamente se pratica ou se praticou a exclusão.

A realidade atual é que a escola ainda não está adaptada, por exemplo, para receber um cadeirante, seja por falta de rampa de acesso, de elevadores, banheiros adaptados, e assim, acaba praticando a exclusão. É necessário que o sistema educacional seja pensado para atender o diverso e o multicultural, promovendo assim a adequação do espaço físico, da formação dos professores e professoras, bem como do quadro de funcionário em geral para lidar com as especificidades.

A ideia de uma sociedade inclusiva, tema que está em pauta em diversos congressos educacionais, se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade. A inclusão depende de uma mudança de valores da nossa sociedade, a qual evidencia a homogeneidade e criminaliza a diversidade, isso porque nossas escolas estão preparadas somente para homogeneidade como o padrão e nem

sempre reconhecem a diversidade. As escolas ensinam e debatem sobre diversidade, mas não a praticam de fato.

15

A escola deve ocupar-se em formar cidadãos para conviver e respeitar as diferenças, pois esse é um tema complexo que demanda tempo. A escola que queremos necessita de uma prática pedagógica que respeite a diversidade e o multiculturalismo, em constante processo de reflexão-ação, sobre os saberes e os conhecimentos a serem difundidos e apreendidos pelos sujeitos, nela atuantes.

Investigar a prática pedagógica de professores e professoras na contemporaneidade requer considerar as relações interpessoais no âmbito da diversidade e do multiculturalismo, presente nas manifestações em sala de aula, nas escolas, no trabalho dos gestores escolares, dos administradores das políticas públicas, pais, filhos, irmãos, colegas, pessoas com necessidades especiais e outros grupos de pessoas que são de alguma maneira, segregadas socialmente.

Abordamos a diversidade e o multiculturalismo na educação com um olhar voltado para as pessoas que de certo modo, são consideradas fora dos padrões ditos “normais” do ambiente escolar. O tema tem sido tópico de muitos debates, fruto de uma evolução histórica e posicionamentos que envolvem concepções políticas e práticas pedagógicas de professores, professoras, de familiares, pais de alunos, assumindo novas configurações, ao longo do tempo.

Nessa pesquisa, partimos da noção de que, [...] “Todo ser humano é capaz de aprender e de ensinar, e, no processo de construção do conhecimento, todos os envolvidos aprendem e ensinam” (GADOTI, 1992, p. 23). O processo de ensino aprendizagem é mais dinâmico quando o educando participa, ele mesmo, da construção do ‘seu’ conhecimento e não apenas “aprendendo” o conhecimento.

Uma vez que optamos por tratar dos temas multiculturalismo e diversidade na Educação de Jovens e Adultos, diversas questões precisam ser analisadas inicialmente, dentre elas: Quem são os nossos alunos da EJA? O que eles trazem consigo? Como vamos trabalhar com as diferenças na sala de aula? Diante de tais questões, enxergamos que há uma complexidade da qual emerge o problema de pesquisa. Buscamos a partir do que disseram os professores e professoras da EJA, ao analisar como se dá sua prática pedagógica nesses dias.

Diante do exposto, emerge a seguinte problemática: Como a prática pedagógica de professores e professoras pode potencializar a discussão sobre a diversidade e o multiculturalismo em turmas da Educação de Jovens e Adultos?

16

Para tanto, tomamos como objetivo geral: compreender como a prática pedagógica de professores e professoras pode potencializar o debate sobre a diversidade e o multiculturalismo na Educação de Jovens e Adultos a partir do que disseram os professores e professoras sobre os temas.

Para atingir o objetivo geral buscamos identificar nas reflexões tecidas por professores e professoras da EJA, elementos que sinalizem a abordagem sobre a diversidade e o multiculturalismo em sua prática pedagógica. Para tanto, é preciso ter sensibilidade e perceber o que é significativo e criar estratégias para que aulas sejam interessantes para os jovens e adultos. Ao mesmo tempo, espera-se que toda atividade didática desenvolvida tenha uma perspectiva transdisciplinar, respeitando os diferentes contextos.

É importante que professores e professoras tenham em mente que políticas de ações afirmativas, nascem num contexto de pensamento liberal, voltado para igualdade de oportunidade, voltados para que os diferentes sujeitos que estão presentes numa sociedade possam estar representados em diferentes instâncias.

De acordo com Silvério (2003, p. 70), “[...] ainda não reconhecemos os negros, identificando a todos nós como mestiços ou morenos, ou quando reconhecemos, aplicamos condições de um indivíduo desprovido de habilidades e competências para alcançar uma posição social no mundo moderno”.

O relativismo analisa a cultura e tenta observar essa sociedade; mas essa cultura e essa sociedade estão no mesmo plano. O relativismo por sua vez, analisa a cultura e a sociedade numa maneira horizontal e professores e professoras devem entender a cultura de seus alunos como povo brasileiro, definindo que a essência cultural de nossa identidade resulta de três grandes etnias: O índio, o branco europeu e o negro africano.

Na concepção relativista não há superioridade, ou seja, o negro será influenciado com índio, o índio será influenciado com branco e todas essas representações culturais e multiculturais. E é através desse projeto de miscigenação

que podemos construir a cultura do povo brasileiro, não ocorrendo uma superioridade e nem uma inferioridade e sim uma mistura e o ideal de nossa identidade. Quando falamos de cultura, não podemos deixar de falar em etnocentrismo que é o ato de colocar sua cultura no centro e considerar que ela seja

17

mais importante que qualquer outra cultura ou considera que ela esteja mais correta que as outras culturas que podemos observar a nossa volta.

É uma arrogância tentar julgar a conduta de outros povos. Deveríamos adotar uma atitude de tolerância em face de prática de outras culturas. Por fim, afirmar a posição de tolerância que devemos ter sobre outras culturas. Como não podemos avaliar outras culturas, a não ser que adotemos o nosso código moral como padrão, e não há justificativa, argumento relativista, então devemos ser tolerantes para com eles, pois o ponto de vista de outras culturas, a nossa própria sociedade segue padrão estranho também.

Em alguns argumentos das diferenças culturais, a premissa mostra que certas práticas sociais, ou ações são tomadas por algumas sociedades como certas ou moralmente correta enquanto que outra sociedade, essa mesma ação é condenada, considerada moralmente incorreta. Trata-se de inferir uma conclusão, que afirma que não existe objetividade na moralidade, que não existe um código moral universal, pois, a própria moral é uma mera questão de opinião que diverge de cultura para cultura.

No curso dos capítulos, permeamos a questão da complexidade no processo educacional de jovens e adultos. Apresentamos aos profissionais em educação e a quem interessar o resultado dessa pesquisa numa perspectiva analítica e apontamos alguns dos desafios enfrentados pelos professores diante da complexidade na educação contemporânea.

A riqueza de pensamento abstraído para a construção dessa dissertação buscou uma melhor compreensão dos desafios de uma prática pedagógica, da formação e as mudanças necessárias à realidade contemporânea onde o complexo se impõe a educação de jovens e adultos. Pensar ações para uma nova prática gestora, pedagógica e de ensino/aprendizagem para atender as inovações que se revelam nesses dias.



O tema certamente interessa ao profissional envolvido e comprometido na educação pública, mediante a complexidade e os desafios educacionais nesses dias. A abordagem reconhece a importância de um ensino ponderado, liberto, amoroso e, sobretudo, que busque a ética e o compromisso como virtude de uma

18

ação para caminhar rumo a uma educação edificada sobre justiça em um momento histórico e contemporâneo no qual se encontra o Brasil atualmente.

Buscaremos conhecer a visão de professores e professoras, atuantes na educação pública, na modalidade EJA, nas abordagens adotadas por eles, considerando o cenário que vive a educação brasileira, e as novas formas de lidar com conhecimentos e saberes de modo que professores e professoras atuem como articuladores, facilitadores, condutores do processo de construção da autonomia em espaço democrático e liberto, como sinaliza Freire em seu livro *Pedagogia da Autonomia* (1996).

A presente dissertação possui a seguinte estrutura organizacional: na introdução, abordamos diretamente o tema apresentando, definindo e discutindo cada uma das epistemologias teóricas adotadas, trazemos um pouco sobre a nossa trajetória acadêmica e profissional. No capítulo I tecemos algumas noções sobre o multiculturalismo, a desigualdade e a diversidade na EJA, a partir deste iniciaremos a construção teórica entrelaçada pelas falas dos professores e professoras numa perspectiva de bricolagem teoria e prática. No capítulo II apresentamos algumas discussões sobre a prática pedagógica de professores e professoras da EJA adotando uma perspectiva multicultural. No capítulo III trazemos o itinerário metodológico e uma análise sobre os achados significativos da pesquisa, contudo, salientamos que aparece no tecido do texto, desde o capítulo I as falas resultantes das entrevistas com professores e professoras da EJA no tocante a temática adotada. Optamos por não identificar os sujeitos, colocando no lugar de seus nomes, elementos da natureza, que inspiram as culturas.

19

## **1 O MULTICULTURALISMO, A DIVERSIDADE E A PLURALIDADE CULTURAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Apoiados no pensamento epistemológico circundante e na fala de professores e professoras atuantes da EJA abordamos neste capítulo, o multiculturalismo como um tema que vem provocando certa inquietação social e termina funcionando como instrumento temático para um desenvolvimento de políticas públicas de igualdade e combate a discriminação que tem atingido determinadas camadas e grupos sociais que estão presentes nas escolas públicas na Educação de Jovens e Adultos.

Em termos de percurso teórico e prático, a pesquisa foi pensada para descrever as condições em que vivem as minorias, caracterizando as culturas, classes sociais, o comportamento humano e passando por questões diversas como: as de gênero, étnico racial, respeito, desrespeito, tolerância, intolerância e troca de experiência na aprendizagem, na comunicação e nas relações humanas em perspectiva multicultural.

Multicultural é um termo qualitativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade original. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais (HALL, 2006, p. 50).

Multiculturalismo é o termo que descreve a existência de muitas culturas em uma região, cidade ou país. O povo brasileiro é composto pelas populações: africana, europeia e indígena; cada uma com seus costumes, seus valores e seu modo de vida. Uma mistura de raças e culturas com características bem marcantes, dentre as quais podemos citar como exemplo os costumes e os valores que estão presentes nas populações como instrumento de segregação social, caracterizando um determinado grupo.

Essa visão do multiculturalismo pode ser observada que tal aspecto está presente na forma como um dos entrevistados caracteriza a EJA.

A EJA é formada por pessoas de diferentes cidades do estado da Bahia e de outros estados do Brasil, assim como seus costumes, valores e experiências bastante diversificadas presentes dos vocábulos regionais em expressões e nomenclaturas de frutos, coisas e até no jeito de agir diante

Essa forma de agir é resultado de uma miscigenação de culturas que formaram a população brasileira, e sendo assim, o convívio entre elas não deveria ser marcado pelo desrespeito e preconceito com a etnia de origem, cultura e costumes dos outros povos.

O multiculturalismo defende as reivindicações e as conquistas das chamadas minorias e dos grupos étnicos marginalizados. O multiculturalismo opõe-se ao que ele julga ser uma forma de etnocentrismo, além disso, afirma que as culturas consideradas minoritárias necessitam ser amparadas e protegidas por lei para se consolidarem e receberem reconhecimento público e ter o direito a diferença. Sejam quais forem às exigências do mundo globalizado, atualmente se afirma a certeza do necessário convívio em uma sociedade cuja realidade é o multicultural.

Ao perguntarmos sobre a realidade multicultural na Educação de Jovens e Adultos, professores e professoras reconhecem sua existência apontando a importância de planejar atividade de ensino-aprendizagem considerando a faixa etária e a diversidade cultural.

Levando em consideração às diferentes faixas de idade e experiências culturais na hora de elaborar o planejamento dos conteúdos, assim como na forma de abordá-los e durante o processo de avaliação da aprendizagem. Questões referentes ao multiculturalismo são discutidas em sala de aula quando surgem provocações por parte dos alunos e também através de palestras e projetos abraçados pela comunidade escolar. (Ar)

Se o professor e a professora admitem que há situações que suscitam a abordagem do multiculturalismo, as instituições de ensino devem pensar em inserir em seu currículo projetos que contemplem o tema. Atualmente um dos maiores desafios que encontramos na educação escolar é realizar um planejamento que permita trabalhar as questões da diversidade, abordando por exemplo, os aspectos socioeconômicos, de gênero, étnico raciais, orientação sexual, religião, entre outros.

## 1.1 O MULTICULTURALISMO E A DESIGUALDADE NA EJA

A escola é um espaço que agrupa sujeitos de uma sociedade heterogênea

quanto à raça, gênero, crenças, deficiências, culturas e outros. E quando essas diferenças se encontram surgem os conflitos próprios de uma sociedade que reproduz ideais de uma cultura não favorável as minorias. Nesse contexto, as subversões dos sujeitos são fundamentais na conquista do respeito à maneira de pensar e agir de modo diferente. O multiculturalismo tanto como conceito como projeto, tem ocupado cada vez mais espaço, trazendo para EJA, a problemática da diversidade e da cultura presente no mundo contemporâneo.

Buscamos com essa pesquisa levar professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos a refletir sobre a diversidade dentro e fora do âmbito escolar e como nós educadores e pesquisadores poderíamos contribuir para que essa temática seja tratada de forma mais adequada tanto pela comunidade acadêmica como pela sociedade em geral, com finalidade de formar futuros cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Nos dias atuais, é cada vez mais comum a presença da heterogenia na sala de aula, ou seja, de variadas realidades econômicas, culturais e sociais. Este pensamento é corroborado pelo Conselho Nacional de Educação no seu Parecer n. 017/2001, quando reconhece que,

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2000, p.11).

Ter um espaço escolar que reconheça a necessidade de respeitar as condições individuais de cada sujeito da EJA é uma conquista que ainda precisa ser alcançada, pois, o que percebemos é a reprodução de ideologias que fomentam a ideia de que a diversidade impede o convívio harmonioso em sala de aula, conforme frisado na fala a seguir:

22

Vejo uma grande diversidade entre idade, religião e costumes. Essa diversidade chega a alguns momentos a impedir o convívio entre eles em sala de aula. (Fogo)

Pensamentos como esse mostram que é realmente complexo valorizar a diversidade e superar as discriminações dentro e fora da sala de aula. Se o

professor e a professora pensa dessa forma, fica difícil imaginar como conseguirá definir quais ações pedagógicas seriam mais efetivas para pensar a diversidade e o multiculturalismo de forma crítica.

A escola deveria ser a primeira instituição a promover a abordagem sobre as diferenças, inclusão e desenvolver projetos que incentivem a aprendizagem, valorizando a boa convivência e estimulando o reconhecimento das diferenças dentro e fora do ambiente escolar e estimulando os alunos a “[...] abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista” (GADOTTI,1992, p. 21).

Vivemos num mundo diversificado onde pessoas têm opiniões diversas, religiões, culturas, etnias diferentes umas das outras, o que se reflete no ambiente escolar, onde nenhum aluno é igual ao outro; então, por que tratamos a todos de forma homogênea? Nesse contexto devemos reconhecer que as diferenças e desigualdades tendem a diminuir dentro e fora da escola quando discutimos o tema e lutamos pela igualdade e respeito ao outro.

A não aceitação do indivíduo por aquilo que é diferente ocorre da concepção dele daquilo que ele define como verdade de acordo com seus princípios éticos e morais que já se encontram enraizados no indivíduo e é justamente nesse momento que reside à dificuldade em não querer aceitar aquilo que é diferente (BRASIL, 1998).

É preciso que a escola institua uma educação preocupada com a existência dos diferentes, eliminando preconceitos e discriminações. Para tanto, precisamos compreender melhor as relações que se estabelecem na escola e fora dela, uma vez que a diversidade é inerente à condição humana e o multiculturalismo é o reconhecimento e valorização trazida por cada um no mesmo ambiente buscando

eliminar constrangimentos e preconceitos construídos ao longo da história da

23

humanidade, procurando formar uma sociedade pautada em valores como: respeito, dignidade e aceitação do outro em suas diferenças.

O ambiente escolar se configura num espaço legítimo onde ocorre justamente o processo de socialização e é o lugar propício para se discutir diversidade cultural,

racial e social, tornando-nos conscientes da necessidade de exercer um papel político no tocante as questões sociais, pois,

Enquanto seres humanos conscientes, podemos descobrir como somos condicionados pela ideologia dominante. Podemos distanciar-nos da nossa época. Podemos aprender, portanto, como nos libertar através da luta política na sociedade. Podemos lutar para ser livres, precisamente porque sabemos que não somos livres! É por isso que podemos pensar na transformação (FREIRE E SHOR, 1986).

Para que este processo de socialização e transformação aconteça, se faz necessário à convivência multicultural que implica o respeito ao outro, a aceitação do diferente e a troca de diálogo com os valores do outro. O multiculturalismo acontece a partir de interações sociais no ambiente escolar, que implica, especialmente na aprendizagem do aluno. Pensar assim significa entender que as interações são fundamentais para que a aprendizagem aconteça. Na fala a seguir encontramos certa clareza nesse sentido, quando é dito que,

A diversidade deve ser vista como algo positivo que deva ser trabalhado pelos educadores como riqueza a ser explorada. (Lua)

Se reconhecêssemos a diversidade como uma riqueza nós lidaríamos facilmente com as diferentes culturas existentes em sala de aula, mas não é exatamente isso que ocorre; a falta de informação e o preconceito estão cada vez mais presentes em nossa sociedade. Todos nós sabemos que a diversidade humana sempre existiu e a história revela os percalços da difícil convivência entre os diferentes. Mas o que nos leva a classificar pessoas, produzir hierarquias e definir atribuição de valor? Essas são questões pontuais no mundo globalizado, demonstrando a necessidade de conviver em uma sociedade multicultural em que se reconheça e se respeite as diferenças próprias de cada sujeito.

O reconhecimento multicultural das diferenças é um importante ponto de partida para que professores e professoras, alunos e alunas possam conviver em harmonia; não com olhar de igualdade, já que igualdade deve somente existir do ponto de vista legal, mas com o olhar humano. O que nos importa é realmente ser

diferente. A escola pública enquanto instituição de ensino e lugar de valorização da democracia e da prática pedagógica de professores e professoras. O papel da escola é desenvolver um potencial de fortalecimento das relações e das interações

em sala de aula e fora dela no tocante às questões das diferenças e do multiculturalismo.

Segundo Trindade e Santos (2003, p. 8):

A gente olha, mas não vê, a gente vê, mas não percebe, a gente percebe, mas não sente, a gente sente, mas não ama e, se a gente não ama a criança e a vida que ela representa, a infinita possibilidade de manifestações dessa vida que ela traz, a gente não investe nessa vida, e se a gente não investe nessa vida, a gente não educa, e se a gente não educa no espaço/ tempo de educar, a gente mata, ou melhor, a gente não educa para a vida, a gente educa para a morte das infinitas possibilidades. A gente educa (se é que se pode dizer assim) para uma morte em vida: a invisibilidade.

Professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos, sem perceber, podem alimentar ou mesmo retirar os sonhos e o desejo de aprender do aluno pelas ações de sua prática, caso procure estabelecer uma uniformidade de atividades em que se priorize um grupo e deixe os outros grupos de lado, promovendo a segregação.

Um fato interessante ocorreu durante uma entrevista quando foi relatada uma postura excludente por parte de um profissional da educação ao solicitar que se houvesse algum aluno ou aluna não alfabetizado que se retirasse da sala de aula e procurasse a direção da escola. A seguir apresentamos o relato:

Sim, uma professora em seu primeiro dia de aula, apresentou-se e informou a turma que se houvesse algum aluno que não lesse com fluência, retornasse a direção para pedir para voltar a frequentar uma das turmas da EJA I. (Vento)

Situações como essa são constantes no dia a dia da escola, desrespeitando o fato de que homens e mulheres vivem em sociedade em meio a uma grande diversidade humana, cultural e em constante processo de democratização, mas nem por isso, acontece o reconhecimento das diferenças e do lugar do outro.

Numa sociedade democrática que pressupõe liberdade e igualdade de direito, existe efetivamente, interação e integração para que se respeite a diversidade, o que nos leva a classificar pessoas, produzir hierarquias e diferentes atribuições de valores. A classificação é gerada por certa aversão a cultura do outro, o que nos

leva a refletir sobre discriminação e preconceito ainda arraigado, seja nas relações

raciais, nas questões de identidade de gênero ou nos discursos coletivos a pessoas com suas diferenças sociais.

A história da humanidade está repleta de atos de discriminação e violência. Ela nos relata que na Grécia antiga, pessoas eram marcadas com corte ou fogo para evidenciar algo negativo naquele ser que deveria ser desprezado pela sociedade como escravo ou criminoso e essa marca corporal era um estigma.

Podemos perceber, que nossa sociedade e cultura, ainda hoje mantem velhos estigmas que geram novos. Nesta dissertação somos convidados a rever as dificuldades dos sujeitos para lidar com a diversidade humana, diversidade esta, que nos completa e nos ensina ao longo de nossas vidas.

Nesta dissertação questionamos: O que é um ser humano? É uma pergunta que se recoloca e as respostas a essa pergunta também estão sempre sendo recolocadas. Nós temos a capacidade de incorporar a nossa própria natureza, aquilo que nos define; aquilo que nós enxergamos como sendo nós. Tudo o que produzimos: as tecnologias, os valores, os hábitos, as regras de convivências, as leis e tudo que construímos, volta e nos modifica num processo que é permanente. Vivemos um momento histórico, pois tudo aquilo que produzimos modifica a autoimagem, a nossa antologia, o que somos e o nosso destino.

O essencial em nossa opinião é que todos os investimentos atuais e futuro da educação brasileira não repitam o passado e reconheçam e valorizam as diferenças na escola. Temos de ter sempre presente que o nosso problema se concentra em tudo o que torna nossas escolas injustas, discriminadoras e excludentes, e que, sem solucioná-lo, não conseguiremos o nível de qualidade de ensino escolar, que é exigido para se ter uma escola mais que especial, onde os alunos tenham o direito de ser (alunos), sendo diferentes (MANTOAN, 2008, p. 20).

As extensões que isso provoca, mostra que nós estamos num momento em que discutir a questão da diversidade é fundamental, é uma atitude civilizatória e isso faz parte da nossa natureza; discutirmos quais são as identidades e diferença que nos caracterizam. Estamos num processo de (re) descrição e construção dessas identidades que define o que somos e define aquilo que não somos dos outros, define aquilo que são fronteiras, entre o que é normal e patológico, entre o que é legítimo e o que é ilegítimo, o que é natural ou antinatural, o que devemos aceitar e o que devemos combater.



Até porque, como ressalta Cury (2000, p.7):

O término de tal discriminação não é uma tarefa exclusiva da educação escolar. Esta e outras formas de discriminação não têm o seu nascedouro na escola. A educação escolar, ainda que imprescindível, participa dos sistemas sociais, mas ela não é o todo destes sistemas. Daí que a busca de uma sociedade menos desigual e mais justa continue a ser um alvo a ser atingido em países como o Brasil.

Essas barreiras precisam ser rompidas num exercício de respeito às diferenças e de percepção do outro, de alguém com direito as suas singularidades ou mesmo a suas escolhas. Quebrar uma corrente que sustenta essa fronteira que foi formada ao longo da história por elos ideológicos, subjetivos, culturais, políticos e econômicos, não é uma tarefa fácil muito menos rápida, será um processo que passará pela educação, pela cultura, por mudanças individuais e coletivas que possibilitem desmistificar preconceitos incrustados de falsas primícias, subjetividade embrutecidas e intolerâncias descabidas.

Já é sabido de todos que mudar não é tarefa fácil; a necessidade de mudança surge quando a própria instituição de ensino se torna realmente um ambiente de formação e transformação, contudo sabemos que “[...] a escola, que poderia e deveria contribuir para modificar as mentalidades antidiscriminatórias ou pelo menos para inibir as ações discriminatórias, acaba contribuindo para a perpetuação [...]” (PINTO, 1993, APUD ROSEMBERG, 1998, p. 84).

É através do exercício formador é transformador que podemos construir uma sociedade mais justa, que acolhe e não deixa a margem da sociedade, que perceba o ambiente escolar como espaço de construção intelectual, através da valorização das individualidades, do respeito máximo para com as diferenças, com a cultura trazida de cada um, onde a verdadeira educação possa ser o elemento essencial para um mundo melhor.

A comunidade escolar é o ambiente em que “se concentra uma grande diversidade humana, e que tem a responsabilidade de formar cidadãos críticos, conscientes e atuantes, não pode ficar indiferente. Precisa compreender a diversidade da sua população” (NUNES, 2013, p. 20). A escola é chamada a contribuir nessa tarefa, assumindo desafios de romper barreiras e construir pontes que levem a uma relação harmoniosa entre pessoas, religiões, formas de ver e de viver a diferença. Segundo Gomes (2003), refletir sobre a escola e a diversidade

cultural significa reconhecer as diferenças, respeitá-las, aceitá-las e colocá-las na pauta das nossas reivindicações, no cerne do processo educativo.

O ambiente escolar é um local que exerce influência intelectual e cidadã sobre um indivíduo, vindo a afetar a formação da identidade dos alunos. Identidade a qual é definida pelos comportamentos, atitudes e costumes de um indivíduo e se modifica com a convivência entre sujeitos, ou seja, se constrói tendo o Outro como referência, no entanto, podemos observar que não é bem assim que as coisas funcionam, pois somos integrantes de um modelo econômico capitalista que estimula a competitividade e o acúmulo de bens materiais. Logo, somos movidos pelo desejo de sermos sempre melhor do que o outro, o que nos leva a obcecação de que devemos nos posicionar em um patamar sempre acima do outro indivíduo (GOMES, 1996, p. 23).

A escola deve estar voltada para atender toda diferença presente na sala de aula, tendo em vista toda forma de mudança que vem sucedendo no convívio social entre diferentes sujeitos que se tornam muito mais presente no dia a dia, no cotidiano escolar na Educação de Jovens e Adultos. É no ambiente escolar que encontramos pessoas diferentes, seja com um visual, aparência, sexo, deficiência, cultura, etnia entre outros. Assim, acreditamos que os programas educacionais para adultos devem estar voltados à diversidade cultural, para que possam respeitar, viver e construir a partir da diferença que trazem de suas vivências, como vemos nessa fala:

É preciso explorar mais as diferenças culturais entre os alunos da EJA. Para melhorar a aceitação de religiões diversas e culturas diferentes. (Céu)

Podemos entender a partir da fala do entrevistado que as diferenças sociais têm por base, as naturais e as culturais. Basta observarmos ao nosso redor e pensarmos: o que é o ser humano? e a diferença fica clara. Nós somos diferentes, porque somos de cultura diferente, somos de etnia diferente, somos de gerações diferentes, temos idade diferente, somos de sexo diferente, homens, mulheres, nós temos muita diferença que se expressam na nossa maneira de ser, de pensar e agir diante da mesma situação.

As pessoas têm religiões diferentes, elas se vestem de maneira diferente, tem hábitos alimentares diferentes. Muitas pessoas acreditam que a diversidade é uma escolha como vemos nessa fala:

Diversidade são as escolhas, questões sociais, jeito de vestir, rotinas de uma determinada região e pluralismo são formas de pensar diferentes

A fala acima deixa evidente que o entrevistado reconhece as representações da diversidade, contudo, o entrevistado pauta a diversidade em uma escolha e todos sabem que ninguém escolhe ser diferente; ser diferente é uma condição humana, e essa diferença entre as pessoas nos enriquece humanamente. Quando nos deparamos com diferentes padrões de pessoas, de estarem no mesmo universo com suas diferentes maneiras de pensar, formas de viver, suas organizações, a forma de expressarem suas ideias, suas emoções, seus sentimentos, nós conseguimos olhar para o mundo e para a sociedade de uma maneira mais ampla e conseguimos perceber melhor quais são as possibilidades do ser humano.

Precisamos reconhecer as diferenças para entender e perceber a complexidade e a amplitude das possibilidades humanas, pois a diferença é essência da vida, é uma valiosa característica da nossa humanidade, somos diferentes por princípios. A desigualdade é criada socialmente, ela não é criada pela natureza e nem pela cultura, nós não nascemos desiguais. A desigualdade é criada pela relação dos seres humanos na sociedade. À medida que existem na sociedade relações de força, de dominação, de exploração, e isso implica juízo de superioridade, de inferioridade, que fazem com que exista uma diferença entre os grupos ou classe sociais.

Portanto, se temos as diferenças como algo característico do ser humano e que traz enriquecimento, temos como contrapartida, a desigualdade como algo que é criado socialmente e que faz com que grupos ou classes sociais exerçam relações de poder uma sobre as outras a partir de juízos de que uma é melhor que a outra, que um pode mais que o outro, e então estabelecemos uma hierarquia de valores, a partir de juízos de superioridade ou de inferioridade. A desigualdade social se pauta por juízo de superioridade que trazem uma apreciação de estima e desestima de um grupo em relação ao outro. Quando pensamos em relação de superioridade e inferioridade, podemos dar origem a relações que são de preconceito e de valorização social. Se acreditarmos que pessoas brancas são superiores a pessoas negras, isso vai trazer para um contexto social de apreciação de juízo de valor, preconceito e desigualdade.

Sabemos que há indiferença étnica com juízo de valor diferente, esta parte de

uma diferença biológica. As relações étnico-raciais revelam não somente a diferença biológica, mas, termina revelando questões diversas e enraizadas na intolerância. A

29

desigualdade no Brasil tem cor, classe e endereço, revelando que há uma estratificação social que produz desigualdade entre seus membros, representando a produção de hierarquia entre pessoas e grupos dentro de uma estrutura social.

A desigualdade entre pessoas divide, separa e classifica. Toda sociedade é estratificada da mesma forma? Toda sociedade cria os mesmos padrões de desigualdade entre seus membros? Cada sociedade diferente, em movimento histórico diferente apresentam critérios de estratificação diferente. O conceito de estratificação social é importante para entendermos esse universo que nós chamamos de desigualdade.

O estatuto da igualdade racial, definido pela Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 diz que as ações afirmativas, os programas e as medidas especiais adotadas pelo estado e pela iniciativa privada, para correção das desigualdades raciais e para promoção da igualdade de oportunidades. Nosso país é extremamente diverso e a diversidade é um ponto forte, embora nem sempre saibamos como reconhecer o valor dessa diversidade cultural, étnica racial, que caracteriza a sociedade brasileira.

Partindo do princípio de que somos uma sociedade democrática, um estado democrático, que inclusive em sua constituição em seu artigo 5º coloca o racismo como crime inafiançável e cabe ao estado brasileiro implementar medidas para superar o fenômeno do racismo. No contexto de luta do movimento negro brasileiro vemos reivindicações que nos levam a questionar segundo Gadotti (2000, p 41) “que tipo de educação necessita os homens e as mulheres dos próximos 20 anos, para viver este mundo tão diverso”?

Homens, mulheres, jovens e idosos necessitam de uma educação onde haja uma prática docente preocupada em contemplar elementos da diversidade e da cultura diversificada, onde se eduque para a pluralidade cultural, que perceba o aluno com sua história, sua cultura, etnia e acima de tudo, perceba a turma como heterogênea, pois esses sujeitos provêm de lugares, culturas e famílias distintas, apresentando compassos diferentes para aprender; o que distingue a pluralidade não somente na sala de aula, mas também em todo espaço escolar e fora dele.

O etnocentrismo consiste em julgar, a partir de padrões culturais próprios, como “certo” ou “errado”, “feio” ou “bonito”, “normal” ou “anormal” os comportamentos e as formas de ver o mundo dos outros povos, desqualificando suas práticas e até negando sua humanidade (BRASIL 2009, p. 24).

30

A escola precisa desconstruir sua prática homogeneizadora que não reconhece as diferenças enquanto riqueza. Os currículos privilegiam e hierarquizam pessoas, gostos, raças, culturas e tantas outras coisas. Será preciso construir novas formas para observar, interpretar e agir diante da diversidade humana e cultural. Estudo de muitos autores contemporâneos tem contribuído para repensar as práticas pedagógicas a partir das perspectivas interculturais, uma linha de pensamento preocupada com a formação humana, cultural e seus complexos itinerários.

Ao nascer já somos humanos? As características humanas são inatas ou aprendidas? Como podemos descrever o processo de tornar-nos humanos? Em que somos diferentes dos outros animais? Várias foram às inquietações e questionamentos que levaram muitos estudiosos a buscar, explicar e responder essas perguntas no decorrer da história da humanidade; também são várias as leituras e teorização a respeito dessas questões oriundas das várias ciências como a biologia, a psicologia, a filosofia, a sociologia e outras.

Diferente de outros animais, o homem planeja suas ações e delibera sobre seus atos e sua atitude. A história relata o caminho do homem na sua própria construção, evidenciando outra característica que lhe é peculiar, sua capacidade de adaptação e criação para atender a própria necessidade. Assim, o homem que é um ser eminentemente histórico e social, desde o início da humanidade, desenvolveu formas de viver, formas de explicar a natureza e o mundo através de sua interpretação e criação da realidade.

Variadas são suas formas de inserção no mundo, se tornando semelhantes, únicos, universais e singulares ao mesmo tempo. Podemos dizer que somente o biológico não determina o ser humano, apenas o habilita a se humanizar, será a partir de sua inserção social e cultural que se dará essa construção, pois o homem está em permanente construção e a reconstrução impulsionada por sua incompletude.

Crença, valores, gostos, línguas, expressões artísticas entre outros, formam culturas que caracterizam grupos sociais, criando identidades individuais e grupais. Esse processo termina provocando centralidades e fortalecendo o etnocentrismo.

31

Etnocentrismo é um preconceito que cada sociedade ou cada cultura produz ao mesmo tempo em que procura inculcar, em seus membros, normas e valores peculiares. Se sua maneira de ser e proceder é a certa, então as outras estão erradas, e as sociedades que as adotam constituem “aberrações”. Assim o etnocentrismo julga os outros povos e culturas pelos padrões da própria sociedade, que servem para aferir até que ponto são corretos e humanos os costumes alheios. Desse modo, a identificação de um indivíduo com sua sociedade induzem à rejeição das outras (MENESES, 1999, p. 13).

O sentimento de pertencimento ocorre a partir da identificação do indivíduo no contexto social, portanto, o sujeito, através da construção de sua história, vai se desenvolvendo e se constituindo enquanto homem. Pensar em transformação significa aprender a conviver com a desigualdade étnico-racial por exemplo, que não aparece apenas em decorrência das questões socioeconômicas como muitos pensam; na realidade, a desigualdade racial existe porque temos em nosso país e em muitos lugares no mundo um fenômeno extremamente perverso que é o racismo, que chega a excluir pessoas da escola.

O programa de Educação de Jovens e Adultos apresenta para a sociedade uma educação de sujeitos que de alguma forma não tiveram oportunidade de concluir seus estudos no período normal. E agora, tendo esta oportunidade de rever o tempo perdido, se torna difícil o aprendizado, que requer autoconfiança e persistência para concluir a educação básica e adentrar numa universidade. É de fundamental importância que professores e professoras da EJA busquem a valorização do conhecimento trazido por nossos alunos de suas culturas e saberes.

A figura do professor poderia simbolicamente ser comparada com a de um maestro criativo que exigiria dos componentes da orquestra: organização, iniciativa própria, envolvimento, dedicação e, principalmente, ações coletivas desencadeadas por processos participativos. Sendo criativo, articulador, mediador e desafiador, o professor apostaria em todos os meios e recursos existentes para consolidar a construção do conhecimento (BEHRENS, 1996, s/p).

O ambiente escolar é um espaço de vivências, convivência e, sobretudo, de aprendizagens e um lugar onde as diferenças se encontram. Precisamos querer

apreender e descobrir como lidar com a diversidade em sala de aula na Educação de Jovens e Adultos. “Todo ser humano é capaz de aprender e de ensinar, e, no processo de construção do conhecimento, todos os envolvidos aprendem e ensinam” (GADOTTI, 1992, p. 70).

32

Um processo de ensino-aprendizagem bem desenvolvido acontece quando o educando participa, ele mesmo, da construção do ‘seu’ conhecimento e não apenas “aprendendo” o conhecimento. É preciso olhar os sujeitos educativos como pessoas capazes de construir seu próprio conhecimento com competências e críticas reflexivas.

A diferença entre os indivíduos é fator relevante no desenvolvimento da identidade, ela se constrói individual e coletivamente, através das experiências e das relações sociais. Neste sentido, a escola possui um importante papel, pois é no ambiente escolar que modelos de socialização se perpetuam ou se modificam, podendo a instituição de ensino servir para combater ou reafirmar a hierarquização dos indivíduos com base nas diferenças.

A escola muitas vezes reivindicando um espaço de neutralidade, trabalha com um padrão construído socialmente, neutralizando dessa forma, tudo que foge do modelo tido como natural. O ideal de neutralidade silencia as diferenças, reforçam os conceitos de normalidade e anormalidade e colabora para a perpetuação da discriminação conceituando igualdade, diferença e desigualdade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 25) estabelecem que:

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensorial, intelectual e emocional, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional.

A escola é um espaço social e coletivo composto por uma vasta pluralidade cultural e uma diversa estrutura social que fundamentam e dirigem todos que fazem parte deste ambiente. Para que o aluno adulto compreenda, ele deverá aprender

primeiro os aspectos culturais vigentes dessa sociedade. Esse processo de aprendizagem, na fase adulta do ser humano, também é chamado de socialização. Não nascemos com traços culturais imergidos em nossos pensamentos. A socialização entre jovens, adultos e idosos enquanto troca de uma cultura, acontece no convívio diário entre eles, que nasce já implantada em uma comunidade que

33

possui formas definidas de perceber sua realidade e de interagir com os demais sujeitos de sua comunidade escolar.

O processo é responsável por garantir que sujeitos da Educação de Jovens e Adultos aprendam como se guiar em meio ao universo de significados que a sua realidade possui, e exercerá grande controle sobre sua conduta. Precisamos refletir quem são os alunos da EJA e os sujeitos dessa diversidade. Por muitos motivos, homens e mulheres em diversos grupos sociais foram impedidos ao acesso escolar. Porém, hoje uma grande parte desse grupo conseguiu conquistar seu espaço, pois uma grande parte da população sofre preconceito e discriminação no ambiente escolar.

## 1.2 DIVERSIDADE E A PLURALIDADE CULTURAL NA EJA

Pluralidade cultural diz respeito à diversidade de cultura pertencente a um grupo de pessoas que compõe o mesmo espaço de convivência. Ressaltamos aqui quais são as culturas de nossa sociedade e quais dessas culturas estão envolvidas na formação cultural de nossos alunos da EJA, as características da pluralidade cultural e qual o papel da escola diante da pluralidade com relação a diferentes etnias, crenças, hábitos, culturas diferentes e como professores e professoras fazem para trabalhar essa diferença entre sujeitos na EJA em sua prática pedagógica.

A escola de hoje não se deve valorizar apenas uma cultura, mas mostrar todas que correspondem ao universo da escola, a qual deve valorizá-las, seja a cultura oriunda da Europa, da África, da Ásia, do próprio Brasil ou da cultura indígena; todas essas devem ser valorizadas na escola, independente do gosto pessoal do educador ou mesmo de sua dificuldade em saber lidar com temas



complexos. O professor e a professora não precisa necessariamente tratar esses temas diretamente, contudo ir trabalhando à medida que vão aparecendo em situações diversas e por inúmeros fatores, como televisão, por discussões entre alunos outros meios de comunicação; por isso, professores e professoras devem estar atentos a essas questões porque terá resistência a outros alunos religiosos e

34

até dos próprios professores da escola, por isso, segundo essa perspectiva, devem ser trabalhadas essas temáticas.

Outro fato importante são as crenças difundidas quando há aulas de educação religiosa, pois não podemos escolher uma religião e trabalhar a sua doutrina. O ensino religioso pode ser trabalhado sob uma perspectiva pluricultural, permitindo conhecer as raízes: cristã, asiática ou africana, dentre outras, uma vez que todas fazem parte de universos culturais diferentes, somente reconhecidos em espaços democráticos.

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é necessário respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. A sociedade brasileira é formada não só por diferentes etnias, como também por imigrantes de diferentes países. O que nós vemos em todas as perspectivas é justamente o desrespeito à cultura do outro e a fala do outro. Isso envolve uma gama de questões que o educador deve respeitar.

A questão da variação linguística, por exemplo, é um dos elementos que deve ser considerados, uma vez que o modo como o sujeito se comunica também gera separações, não havendo uma compreensão e valoração de sua fala, funcionando esta de determinada maneira, como meio de segregação cultural, como sobreposição de uma cultura sobre a outra.

O multiculturalismo surgiu a partir das reivindicações de diferentes grupos e movimentos sociais a partir de debates e discussões em cenários educacionais que discutem o pluralismo cultural: questões de classe, raça, etnia, gênero, e que despertam preconceitos, que historicamente fazem da escola um ambiente de promoção e ordem dos valores e aquisição de conhecimentos culturais dominantes.

Discutindo os temas acima, uma de nossas entrevistadas apresentou uma visão lúcida sobre a diversidade e o multiculturalismo, ao afirmar que,

São palavras que tem como base os costumes e crenças e estes podem relacionar-se em harmonia respeitando as suas essências. Diversidade está ligada a raça, costumes e crenças, idades, linguagem e religião. Multiculturalismo vem da ideia de pluralidade e uma sociedade pode sofrer influência de diversas culturas constituir-se delas. (Vento)

Essa visão define o que geralmente entendemos como diversidade e multiculturalismo. É uma visão globalizante da realidade e que reconhece que

35

individual e o coletivo andam juntos. Quando o professor e a professora expressa sua opinião pessoal, defendem sua religião, ou cultura, nem sempre ele respeita o outro, por isso reforçamos a ideia de que o seu discurso deve sempre respeitar as características étnicas raciais no geral, mostrar para os alunos e deixá-los livres para escolher a que melhor lhe convier. Professores e professoras não devem tomar suas escolhas pessoais como forma de doutrinação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/1996) diz ser obrigatório:

[...] o ensino de conteúdos históricos nas escolas, quais sejam, os afro-brasileiros e indígenas; é para aqueles que as diretrizes encaminham formas específicas de ensinar, aprender e de organizar a escola, como é o caso dos indígenas, dos quilombolas, sujeitos do campo, sujeitos da educação especial que têm garantido o seu direito à educação e à acessibilidade por meio de atendimento educacional especializado as suas necessidades específicas; e também para aqueles que se reconstróem em seus direitos, em suas identidades, nos movimentos de direitos humanos, nas relações de gênero e na diversidade sexual.

Ao falarmos sobre diversidade pluricultural não podemos restringi-la a grupos que são considerados excluídos do meio social ou que não atendem aos preceitos ou padrão da sociedade a partir de uma identidade como referência. Somos únicos e diferentes ao mesmo tempo e em constante transformação social. Nos últimos anos vem se concretizando o direito de sermos diferentes.

Sabemos que professores e professoras são profissionais importantes na educação e precisam saber lidar com as questões da diversidade. Não discutiremos apenas práticas pedagógicas, mas também questões gerais, como avaliação, material didático, experiências concretas, por meio do depoimento de professores, que tem muito a nos descrever sobre sua participação no ambiente escolar.

A desigualdade social decorrente desse fator traz junto com ela a questão do

preconceito. Ou seja, vemos o diferente com distanciamento, com cuidado, com algum clima de rejeição, a não identificação com aquilo que é diferente. E isso é uma tradução do preconceito. “Ser humano é entender que a diversidade leva à unidade, que a unidade leva à solidariedade, que a solidariedade leva à igualdade, que a igualdade leva à liberdade, que a liberdade leva à diversidade”. (BOURDOUKAN, 2007, p. 26).

A desigualdade social decorre de vários fatores; podendo ser decorrente da raça, cor, sexo, orientação sexual, nacionalidade, naturalidade, religião, ideologia,

36

características físicas e mentais dos indivíduos. Cada um desses fatores pode levar as pessoas a serem discriminadas, a serem vistas como diferentes, e nesta medida sofre algum tipo de rejeição, descriminação e exclusão.

A desigualdade traz consigo a questão do padrão, como se existisse um padrão de normalidade, como se as pessoas devessem ser de um determinado jeito. Qual é esse padrão de normalidade da nossa sociedade? Aquilo que sai da “normalidade” é visto com algum tipo de preconceito. Então, há preconceito contra mulher, contra pessoas idosas, pessoas com obesidade, muito magras, de origem africana, indígena e outros.

Segundo as DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2003, p. 5),

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para o negro.

A intolerância racial traumatiza, desestimula, cria pensamentos de ação perversa que faz surgir sentimentos dolorosos e retira do ser humano negro toda possibilidade de reconhecimento merecido, levando-o a utilizar mecanismos defensivos das mais diversas ordens, contra a identidade ou o pensamento persecutório que o despersonaliza e o enlouquece. Nessa perspectiva, é fortalecida

a ideia de dominação de grupos que se julgam mais adiantados, legitimando os desequilíbrios e desintegrando a dignidade dos grupos dominados.

Então isto é um direito de todo cidadão e está escrito na declaração dos direitos humanos, consagrado na Constituição Brasileira. Quer dizer, a igualdade de direitos entre todos e qualquer indivíduo. Então veremos conceitos fundamentais e que a diversidade pode ser vista como um fator de crescimento, de enriquecimento de grupos, pluralidade, de abertura de horizontes e de pessoas com melhores formas de pensar.

37

Diversidade é um substantivo feminino que caracteriza tudo que é diverso, que tem multiplicidade como são exatamente os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. É a união de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si como diversidade cultural, sexual, étnica, biológica, linguística, religiosa etc. Rejeição pode ser social, pode ser física, pode ser afetiva e poder inclusive, significar eliminação. Infelizmente a sociedade em que vivemos atualmente, é cheia de exemplos trágicos, que levam inclusive a eliminação daqueles que são diferentes, desiguais, por qualquer um desses fatores.

A questão da diversidade já está prevista na constituição de 1998 artigo V, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade”.

Nesse sentido é preciso que professores fiquem atentos as questões principais da diversidade que jovens e adultos trazem consigo. Precisamos estar atentos a essa diversidade no ambiente escolar, que por sua vez deve cumprir com sua função social.

A educação formal acontece dentro da escola, especificamente na sala de aula, e é o professor o grande responsável para que essa educação aconteça, é o professor quem deve trabalhar toda essa diversidade de alunos na escola, para que eles se sintam representados. Nesse sentido vamos pensar o que é diversidade e multiculturalismo.

Diversidade são as diferenças culturais que trazemos para o nosso dia-a-dia dentro da sala de aula. Hoje, a escola tem uma função social a cumprir e para que

ela cumpra, é necessário que o professor trabalhe de forma adequada com seus alunos, respeitando principalmente a diversidade e multiculturalismo entre eles.

Entendemos que “[...] a inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária, e respeitosa, orientada para o acolhimento a diversidade humana” (MONTEIRO, 2001, p. 1).

O pensamento supracitado é referenciado pelo Conselho Nacional de Educação no seu Parecer n. 017/2001, quando reconhece que,

38

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2000, p.11).

Vamos falar de direitos, cidadania, democracia e de como lidar com essa diversidade de pessoas no âmbito escolar em relação às práticas pedagógicas para professores da EJA. Para falar de diversidade social na Educação de Jovens e Adultos e da prática docente na diversidade, devemos falar antes, da desigualdade, porque é disto que se trata a pesquisa.

Atualmente as escolas recebem um grupo diversificado de alunos. Dependendo da região onde está localizada a escola, a diversidade é muito grande, e nós enquanto educadores, precisamos pensar a respeito dessa questão porque os jovens trazem consigo a questão das diferenças de raça, gênero, de etnias, enfim uma gama de diversidade importante para que o professor e a professora fique atento e possa desenvolver um trabalho multicultural.

Ao falarmos em qualidade é importante pensar sobre a jornada de trabalho docente, uma vez que, esse é um fator preponderante. Ferreira (2012, p. 59) aponta em sua tese que “Os professores da educação básica atendem à demanda de carga horária intensa, que não favorece momentos de reflexão sobre a prática pedagógica que está sendo exercitada, ou seja, as condições do trabalho docente são aviltantes”.

As condições de trabalho não podem ser ignoradas, se quisermos

compreender a dinâmica pedagógica na sociedade contemporânea, pois, os recursos estão aí, mas para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, precisamos desconstruir a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta.

A palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens [e mulheres], mas direito de todos os homens [mulheres]. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinha, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (FREIRE, 2011, p. 90-91).

39

Pimenta (2006) convida-nos a buscar uma nova teoria de ensino ou da aprendizagem baseada na reflexão ou diante da grande solução para a formação de professores, seja porque a noção de reflexividade de forma alguma é nova, ou porque os aportes teóricos são insuficientes para constituir-se numa teoria de ensino e aprendizagem. Do ponto de vista didático, é preciso pensar o conteúdo que abranja toda a complexidade das relações entre ensino e aprendizagem.

Sabemos que professores e professoras são profissionais importantes na educação e precisam saber lidar com a diversidade. Não discutimos apenas práticas pedagógicas, mas também questões gerais, avaliação, material didático, experiências concretas por meio do depoimento de professores entrevistados que tiveram muito a nos descrever sobre sua participação no ambiente escolar, de exigir que as diferenças sejam reconhecidas, pois “[...] assiste-se, designadamente, ao reconhecimento do tão propalado direito à diferença, isto é, do direito que têm as pessoas como pessoas de seguirem e de se construírem” (CARVALHO, 1988, p. 151).

O ato de construir as identidades não é isolado, pois vivemos em sociedade e atuamos nela ao mesmo tempo em que vamos construindo modelos de identidades e culturas, que, muitas vezes não são aceitos. Isso leva as pessoas a serem discriminadas por serem vistas como diferente. A diferença termina levando as pessoas que não atendem a algum tipo padrão estabelecido a sofrer algum tipo de rejeição, discriminação e exclusão.

O ambiente escolar pode reproduzir imagens negativas e preconceituosas,

por exemplo, quando professores relacionam o rendimento de suas alunas ao bom comportamento, ou quando as tratam como esforçadas e quase nunca como potencialmente brilhantes, capazes de ousadia e lideranças (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 102).

Ao reproduzirmos uma imagem negativa sobre as diferenças estamos ferindo o direito humano e respeitar os direitos do outro, significa entender que a diversidade pode ser vista como um fator de crescimento, de enriquecimento e de abertura de horizonte para melhores pensamentos e produzir uma visão de mundo melhor.

A escola deve cumprir com sua função social. A educação formal de fato acontece na escola, especificamente na sala de aula. É preciso que a escola trabalhe no sentido de mudar suas práticas de ensino visando o sucesso de todos,

40

pois o fracasso e o insucesso escolar acabam por levar os alunos ao abandono, contribuindo assim com um ensino excludente.

É papel da universidade, auxiliar a escola e as comunidades humanas a pensar sobre a diversidade e o multiculturalismo. Para isso, ela deve propor ações intervencionistas de cunho formativo afim de que professores e professoras atuantes das comunidades socioeducativas possam repensar a sua prática pedagógica a contemplar discussões que envolvam o diverso e o multicultural. Nesse sentido, estaremos fomentando diálogo e criando condições maduras para pensar o que é diversidade e multiculturalismo. Diversidade são as diferenças culturais que trazemos para o nosso dia-a-dia dentro da sala de aula.

Entendemos que “[...] a inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária, e respeitosa, orientada para o acolhimento a diversidade humana”. (MONTEIRO, 2001, p. 1). Este pensamento é corroborado pelo Conselho Nacional de Educação no seu Parecer n. 017/2001, quando reconhece que,

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2000, p.11).

Ter direito à diferença se manifesta por meio da afirmação dos direitos de

crianças, jovens, mulheres, homossexuais, idosos, quilombolas, negros, indígenas, pessoas com deficiência que precisam ser reconhecidas socialmente. Trata-se, portanto de conviver e compreender como as identidades e as diferenças pluriculturais e instituições de ensino estão implicados na construção dessas identidades plurais, gerando a valorização de alguns sujeitos e o desprestígio de outros.

É necessário trabalhar a diversidade trazida por cada sujeito da EJA e ser entendida como enriquecimento a prática pedagógica de cada professor ao processo de construção própria dos seres humanos, para que possamos construir uma escola no direito à educação e também direito à diferença, exercitando as práticas pedagógicas que superem tais diferenças atuais no ambiente escolar.

41

Exercitar a prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos envolvendo a pluralidade cultural de cada sujeito não é uma tarefa fácil, contudo no momento em que se entende essa grande importância, o nosso mundo da normalidade estabelecido em sala de aula é contagiado por algo muito mais enriquecedor: a paixão pelo que difere. E nessa probabilidade repousa a essência da escola; somente a partir dela, é que a prática de isolamento daquilo que é diferente pode ser quebrada.

A diversidade entre pessoas presentes na escola nos traz constantes debates acerca de como professores e professoras devem em sua prática pedagógica abranger a quantidade abundante de diferenças que compõem a EJA. Toda instituição pública de ensino é referência quando procuramos compreender que professores e professoras precisam refletir acerca do tema, reconhecer e levar o aluno a fazer o mesmo e que o ato de educar e educar-se estão sempre presentes nas relações e interações com o outro.

Assim, educar é confrontar-se com esta diversidade. O professor que transita diariamente entre seus alunos conhece muito bem tal diversidade. Dificilmente aceitaria qualquer premissa de homogeneidade dos seus alunos, pois sabe que são diferentes entre si, assim, como não há ser humano igual a outro (BEYER, 2010, p. 27).

O processo de reconhecimento das diferenças trazidas pelos sujeitos pertencentes à Educação de Jovens e Adultos não pode acontecer apenas sob o olhar do educador e distante das políticas públicas a serem promovidas pelas



autoridades governamentais. Faz-se necessário o apoio de políticas públicas juntamente a projetos educacionais e meios de comunicação, pois tais meios tem forte alcance de convencimento. No entanto, não basta que haja apenas o convencimento e aceitação das diferenças, é necessário pensar em incluir os sujeitos que em algum momento estão fora do processo educacional.

Muitos marcadores sociais de diferenças, tais como raça, sexualidade, região, geração, classe e gênero têm feito desse país uma nação profundamente desigual. Mas desde sempre gênero foi uma forma de praticar a desigualdade no país. Em tempos coloniais o desequilíbrio da entrada de imigrantes era tal, que mais que uma mistura consentida de grupos, ela foi necessária, digamos assim.

Em tempos de Brasil colônia mulheres da elite andava pouco nas ruas e as que andavam eram consideradas muitas vezes de má vida. O voto feminino

42

somente começou no Brasil em 1933, desde então, vimos crescer o número de mulheres nas universidades, em postos especializados, de chefia, nas redações e assim por diante. Mesmo assim, persistem diferenças de gênero no campo dos direitos humanos, nas políticas de reconhecimento, nas práticas de violência. No entanto, o importante é que estamos vivendo momento marcado pela produção de novas sensibilidades e de novos arranjos familiares, que vem revolucionando nossas concepções mais arraigadas que se refere às relações de raça, sexualidade e gênero. O conceito de sexo refere-se ao aspecto biológico do nascimento (macho e fêmea).

Já o conceito de gênero feminino e masculino é uma construção social. As sociedades definem o que consideram ser um comportamento adequando às mulheres e um comportamento adequado aos homens. Tal definição termina gerando grandes conflitos, à medida que esses padrões não são obedecidos. De acordo com Gagliotto (2009. p.18),

[...] a sexualidade configura-se numa das dimensões humanas mais complexas por constituir-se de um elo entre aspectos subjetivos do ser humano (filosóficos, sociais, históricos, antropológicos, pedagógicos e psicológicos) e aspectos biológicos (genéticos, reprodutivos, identidades genitais).

Diante do exposto, devemos olhar o outro por uma dimensão humana,

respeitando os aspectos subjetivos do ser humano. Assim, estaríamos abertos a novas compreensões, a qual nos permitiria pensar a inclusão não como exclusividade, mas como direito. Assim, a adaptação dos espaços precisa acontecer, bem como a preparação dos profissionais de educação para atender aos alunos e alunas de acordo as suas necessidades. Isto é importante e necessário, mas não o suficiente e nem tão pouco satisfatório, porque uma instituição pública de ensino, que atenda a modalidade de Educação de Jovens e adultos deve ter um olhar norteador para a inclusão social.

Segundo Haddad (2008) “[...] o benefício da inclusão não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado”.

43

A escola, além de oferecer espaço físico apropriado, deve preparar novas gerações para uma educação voltada para a diversidade. Através desta probabilidade, acredita-se nos rompimentos de obstáculos negativos construídos ao longo desse processo histórico, o direito negado a ser diferente.

A Educação de Jovens e Adultos não é algo simples. Esta modalidade é complexa e composta por correntes, vertentes, tendências e concepções enraizadas em diversas culturas e filosofias. Como já se entende que toda educação é política, como nos ensinou o mestre Paulo Freire, ela não é neutra, pois implica princípios e valores que configuram certa visão de mundo e de sociedade, por isso é impossível falar de uma educação em modelo geral, separando-a de seu contexto histórico e social.

Segundo Mantoan (2005, p.18), se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

O reconhecimento das diferenças é algo que deve ser ensinado e aprendido, e por isso, a educação precisa de uma equipe pautada e comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática. A educação requer o convívio com a diversidade multicultural; não somente com as diversas culturas e

hábitos, mas também com a capacidade e peculiaridade de cada sujeito.

Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos aquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos – trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos, nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação (FREIRE, 2001, s/p).

Na perspectiva Freireana (2001) a escola deveria apropriar-se do elemento curiosidade como uma provocação, que é fazer com que todos os alunos acolhidos pela instituição adquiram as bases essenciais, que lhes possam permitir serem inseridos no contexto social com igualdade de condições para dessa forma, possibilitar aos professores fomentar aprendizagens que esclareçam as diferenças individuais no processo de ensinar, aprender e pensar as diferentes culturas.

44

Pensar as culturas é pensar o multiculturalismo e a diversidade significa compreender que há desigualdade entre sujeitos e grupos diferentes daqueles de um suposto padrão de normalidade. Quando falamos em pluralidade ou diversidade cultural, nossa sociedade é permeada pelo embate, a interação das mais diversas culturas, assim, tem designações como o multiculturalismo e a intercultura e estes representam significados diferentes.

Conforme Fleuri (2001, p. 142):

A perspectiva intercultural reconhece e assume a multiplicidade de práticas culturais, que se encontram e se confrontam na interação entre diferentes sujeitos. E isto coloca um problema de conhecimento: como entender logicamente esta relação de unidade e pluralidade? Cada sujeito constrói sua identidade a partir de histórias e de contextos culturais diferentes. A relação entre diferentes sujeitos constitui um novo contexto intercultural.

Em todas as situações de ensino, aparecem marcadamente às diferenças que os alunos trazem consigo, as quais se constituem em contextos culturais e interculturais. Quando ignoramos essa realidade, criamos situações que muitas vezes impedem o desenvolvimento do processo ensino - aprendizagem como gostaríamos. É preciso que o professor e a professora entenda, planeje e faça suas atividades de forma a contemplar essas diferenças individuais em que a escola está inserida.

Cada escola precisa pensar o seu currículo e desenvolver metodologias, estratégias e atividades que estimulem nos alunos, o respeito um pelo outro e que eles se respeitem entre si, pois é com a cooperação e criticidade que a aprendizagem se dá de forma adequada e com mais qualidade.

É necessário que professores e professoras conheçam o contexto histórico e social dos alunos e saiba quem são esses sujeitos pertencentes à educação de adultos na contemporaneidade. Para tanto, deve ter consciência do seu papel formador. Sendo assim,

O professor é definido como um ator, ou seja, um sujeito que assume sua prática de acordo com o sentido que ele mesmo lhe atribui, possuindo conhecimentos e um saber-fazer que são oriundos de sua própria atividade docente a partir da qual ele a estrutura e a orienta (ZIBETE; SOUSA, 2007, p. 250).

45

Desse modo, professores e professoras precisam desenvolver uma prática que reconheça o histórico de vida de cada aluno, a experiência trazida por ele e de que modo essa experiência pode contribuir para a formação adequada.

Contudo, o professor precisa ter uma formação que lhe permita entender que os alunos aprendem de forma diferenciada, que não são iguais e que eles têm períodos diferentes de aprendizagem uns dos outros. Para isso, precisamos que a escola seja flexível e valorize as diferenças trazidas por seus alunos. Nessa perspectiva, alguns aspectos precisam ser observados,

O primeiro, parte do reconhecimento de que nas sociedades em que vivemos todos os cidadãos e cidadãs não têm as mesmas oportunidades, não existe igualdade de oportunidades. Há grupos, como indígenas, negros, homossexuais, deficientes, pessoas oriundas de determinadas regiões geográficas do próprio país ou de outros países e de classes populares, que não têm o mesmo acesso a determinados serviços, bens, direitos fundamentais que outros grupos sociais, em geral, de classe média ou alta, brancos e pertencentes a grupos com altos níveis de escolarização. (CANDAUI, 2012, p. 243).

A convivência na escola nos ensina a aprender como lidar com o sofrer, com as perdas e contradições; usamos a escola, por que sabemos que é na escola que essa inversão pode se dar. Mas a grande questão é o conceito que o ser humano tem de si mesmo e do mundo; o mundo não o lugar onde o ser humano vem para se dar bem; não se pode entender esse isolamento, essa segmentação, se a alegria e o conhecimento são compartilhados em meio social.

## **2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES E PROFESSORAS NA PERSPECTIVA MULTICULTURAL NA EJA**

Nesse capítulo, conheceremos alguns princípios norteadores do processo de aprendizagem fundamentado na prática pedagógica para compreender algumas especificidades do desenvolvimento cognitivo de pessoas adultas, levando em consideração a aprendizagem diretiva, direcionada, transformadora e vivencial.

O contexto investigado revelou muito sobre a complexidade da Educação de Jovens e Adultos no que compete ao papel da escola, da família e da sociedade, preconizando a necessidade de inovação pedagógica, técnica, formativa e tecnológica. Por isso, ao tratarmos da prática pedagógica envolvendo professores e professoras da EJA, a convergência de algumas teorias é fundamental, permitindo nos aproximação de distintas situações vivenciadas ao aproximarmos de situações reais, vivenciadas por professores e professoras da EJA com os quais tivemos contatos ao longo desse trabalho.

É preciso que a escola trabalhe no sentido de mudar suas práticas de ensino visando o sucesso de todos os alunos, pois o fracasso e o insucesso escolar podem levar os alunos ao abandono, contribuindo assim com um ensino excludente.

Para Moreira e Candau (2003, p. 161):

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar.

Desse modo, apresentamos algumas reflexões no intuito de despertar para uma prática docente pautada no protagonismo do sujeito, fortalecendo a autonomia e a emancipação deles, bem como refletir sobre a prática pedagógica e suas interfaces com os conhecimentos abordados nos moldes de fundamentos didáticos da educação inclusiva na EJA.

Foi pensando em discutir o papel de inclusão da educação que preparamos esse capítulo para facilitar a compreensão sobre nossas discussões. Questões da

seu principal expoente Paulo Freire. Em seguida, abordaremos a teoria pós-crítica do conteúdo, seu enfoque multiculturalista e seus reflexos no currículo para Educação de Jovens e Adultos. Discutiremos a Andragogia com suas múltiplas diversidades de aprendizagem que serão brevemente abordadas sempre tendo como sugestão de atividade, alguma experiência fundamentada em uma experiência real, de modo que devemos ver a educação como experiência viva.

Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual (FREIRE, 1996, p. 146).

A partir da visão Freireana, será possível abordar a relação entre os sujeitos da EJA com o mundo letrado, as possibilidades de intertextualidade na ação pedagógica moldada para o enfrentamento de uma diversidade de desafios, os quais são claramente apontados por Paulo Freire em toda sua obra iniciada na década de 1960, em que criou um método de alfabetização, com fundamento básico e que serviria como norteador para se pensar a Educação de Jovens e Adultos.

Um dos princípios Freireanos, além de levar em consideração os sujeitos, sinaliza que seu contexto de vida era fonte ideal de assuntos e temáticas a serem discutidos nas atividades pedagógicas como um ponto importante que pode contribuir com a prática pedagógica de professores e professoras na EJA e que se convencionou denominar de estudo multiculturalista.

O multiculturalismo é a teoria que apresenta o foco de suas relações não apenas no sujeito, mas na diversidade sócio cultural dessas pessoas. Paulo Freire difundiu no meio educacional a importância do olhar a partir do sujeito com sua história de vida, bem como seu contexto social como foco central de todo ato pedagógico.

Em sua grande maioria, os sujeitos da EJA vêm com o contexto de exclusão social e escolar, e como consequências dessa condição em geral, são pessoas de baixa renda e de classe popular, que nem sempre tem as melhores estruturas disponíveis ao processo de aprendizagem.

Os sujeitos da EJA também fazem parte de uma diversidade de contextos sócio culturais e é preciso conhecê-los.

48

No olhar atento, no cuidado de saber quem é esse aluno, como integrar a minha prática a prática da vida dele, perceber como sujeito único que merece meu respeito e por isso, preciso buscar o melhor para minha prática pedagógica, e para esse ser humano que chega com suas expectativas, sonhos, ideias. Respeitando esse ser como gosto de ser respeitada. Fazer por ele enquanto estudante o que quero pra mim mesma. Respeito acima de tudo. Ética acima de todos. (Terra)

Cuidado e atenção dos professores e professoras em suas práticas de ensino oferecido aos alunos da Educação de Jovens a Adultos devem ir além de sua permanência em sala de aula. Um bom professor é aquele que sabe ensinar, compartilha seus conhecimentos e tem domínio sobre os conteúdos que ensina, não desprezando todo conhecimento trazido pelo aluno.

No Brasil, a profissão docente, não é o centro das políticas públicas, nem se encontra entre as profissões mais desejadas pela sociedade, no entanto, é uma profissão que tem função social, cultural e política na formação do ser humano. O não conhecimento das diferenças pode revelar porque o processo ensino/aprendizagem não está acontecendo.

É necessário que o professor e a professora desenvolvam uma nova metodologia de ensino para que sua atividade contemple as diferenças individuais que denominamos de diversidade e multiculturalismo tão presentes na escola. Precisamos entender e valorizar o estilo de aprendizagem de cada um, pois cada um aprende de uma maneira, e cabem ao professor estimular essas diferentes aprendizagens. O reconhecimento dos diferentes estilos de aprendizagem perpassa por entender o perfil dos sujeitos por meio de atividades pedagógicas que,

Podem estar presente em todos os planejamentos, visto que o perfil e a dicotomia dessa clientela propicia a diversidade de metodologias em suas práticas pedagógicas. Proporcionando um aprendizado mais significativo.  
(Vento)

Tornar o aprendizado mais humano significa romper com as práticas pedagógicas excludentes que não valorizam a diversidade cultural e as várias formas de ver o mundo, respeitar o outro e a si mesmo. Este é o elemento fundamental na questão da diversidade, o qual precisa ser aprendido.

É preciso entender de que educação nós estamos falando e em qual sociedade ela está inserida. Precisamos indicar de que lugar e território estamos falando. Toda educação é necessariamente situada historicamente. Desta forma,

49

faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas pautadas num conjunto de ideias, as quais levem em consideração temas como diferenças, multiculturalismo, diversidade, pluralidade cultural e interculturalidade recorrente na educação na contemporaneidade. Ela também pode ter um sentido mais abrangente, uma vez que estará sendo promovida a partir de um conjunto de experiências, teorias e práticas que constroem esse campo que por sua vez é muito diverso.

A sociedade na contemporaneidade abrange jeitos de ser, viver, perceber, conhecer e pensar que se enfrentam entre tensões, modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar a partir de suas diferenças e propostas política (FARIA, 2009, p. 155).

O educador deve estar apto às mudanças em seu cotidiano, uma vez que a construção de conhecimentos se processa em situações reais. É preciso conhecer os alunos da EJA, que conhecimentos eles trazem, e principalmente que competências o professor precisa desenvolver para entender de que forma os alunos aprendem, considerando que eles não são iguais e que eles têm períodos diferentes de aprendizagem uns dos outros, para isso precisamos ter uma escola flexível que valorize e compreenda as diferenças.

A relação ensino-aprendizagem deve ser uma relação de respeito e não de autoritarismo, além disso, o conhecimento deve ser transmitido de forma diferente e circular, ou seja, devemos fazer com que o conhecimento que o aluno tem daquilo que já conhece do mundo, as interpretações que já fazem criticamente e a vivência que é diferente para cada sujeito vindo de realidades diferentes. Seres humanos não pensam da mesma forma, ainda que esteja vivendo na mesma situação.

A diversidade e o multiculturalismo são palavras chaves que podemos citar nesse contexto de educação social, popular e comunitária; diversidade esta que precisa ser compreendida, respeitada, valorizada e sendo trabalhada na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos.

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas



exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular (FREIRE, 2001).

50

Por estarmos discutindo educação popular, podemos ressaltar aqui a inclusão de todo sujeito inserido em qualquer sociedade e que podem fazer parte desta educação: Oficineiros, artistas populares, artesãos, professores, advogados, sociólogos, cientistas sociais, psicólogos, pedagogos, historiadores, promotores, juízes, administradores públicos, militares, trabalhadores do campo, nas periferias urbanas, nos centros degradados das metrópoles, nas ruas e praças, com crianças, jovens, adultos e idosos, pessoas com deficiências, quilombolas, indígenas, catadores de produtos recicláveis.

Os sujeitos na sociedade contemporânea, suas experiências e práticas em perspectivas de reconhecimento e diversidade, muito tem contribuído para educação de nosso país; educação que determina um campo próprio de atuação, educação em direitos humanos, educação indígena, educação no campo, educação para a cidade, educação no trânsito, educação em saúde, educação em valores, educação para a paz, educação política, educação para as prisões, hospitalar, alimentar e muitas outras que ora o sujeito se identifica numa educação social e política, ora o sujeito se identifica numa diversidade educacional comunitária e popular.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como campo político de formação e investigação, necessita comprometer-se com a educação das camadas populares e com a superação das diferentes formas de preconceito, exclusão e discriminação existentes em nossa sociedade, as quais se fazem presentes tanto nos processos educativos dentro do contexto escolar quanto para além dele (FARIA, 2019, p. 152).

Sendo assim, é importante falar de educação e prática docente buscando contemplar questões da diversidade que se faz presente em toda e qualquer sociedade. Se nós considerarmos que a educação é um processo que acontece não somente na escola, mas em todo e qualquer lugar onde possa estar inserido o sujeito e que trata não só de transmissão, conhecimentos e certificação desses conhecimentos adquiridos, mas, também de um processo de socialização mais amplo, que diz respeito a valores éticos e uma verdadeira visão de mundo, um olhar da sociedade sobre todos esses processos e sujeitos.

Apesar de reconhecermos que há uma grande diversidade multicultural entre

os alunos da EJA, não paramos para pensar como se dá a relação entre pessoas de diferentes idades dentro de um mesmo grupo de ensino. Quando percebemos a possibilidade de integração também percebemos a prova de que a convivência

51

intergeracional pode ser igualmente pacífica e enriquecedora para todos, desde que se crie situações e propostas pedagógicas voltadas para a realidade dos sujeitos. Infelizmente sabemos que nem sempre é assim, e esse assunto por ter sua relevância, será discutido e aprofundado nesse trabalho.

E para fazer um trabalho de qualidade na EJA, com foco no sujeito, partindo de seu contexto, com propostas pedagógicas voltadas a característica específica de aprendizagem dos adultos e também voltada para o que os alunos gostariam de saber ou aprender o que será mediado pelo professor, de modo que a prática pedagógica esteja fundamentada no planejamento coletivo e semanal com professores de várias áreas do conhecimento, levando em consideração a relação teoria e prática e a mediação do professor.

Como explica Guarnieri (2005, p. 12):

Considerando-se a relação teoria-prática, nota-se que a prática mediatiza a relação do professor com a teoria, o que implica um movimento de superação de adesão acrítica às teorias e aos modismos pedagógicos. A teoria, por sua vez, mediatiza a relação do professor com a prática, podendo possibilitar o movimento de superação de uma visão exclusivamente pragmática do trabalho docente.

Os professores e professoras da EJA são articuladores de conhecimento. É possível que o grande diferencial dessa modalidade seja o trabalho coletivo dos professores, planejando conjuntamente o que será desenvolvido no decorrer do ano letivo, levando em consideração a participação comunitária que sempre foi e será um grande desafio.

Os sujeitos que frequentam a EJA ingressam nesse universo de interações, atividades culturais, muitas vezes com a postura de não pertencimento a esses espaços. O primeiro contato pode ser de estranhamento, mas aos poucos, a atuação conjunta passa a ser bastante eficaz.

A ideia de participação da comunidade tomou força a partir da concepção da prática pedagógica progressista, que é marcada por um novo olhar sobre a educação e seu papel na sociedade. Em 1947, discutiram a nova lei de diretrizes e

base da educação (LDB), onde nasceu a noção de pedagogia progressista, em 1949 começaram a se espalhar vários movimentos populares em educação pelo país, em especial no interior do Brasil, pois a educação que existia no momento não dava ênfase a educação rural.

52

Os movimentos populares davam ênfase à educação do campo, que naquele momento era educação liberal; a educação renovada já tinha sido proposta anteriormente. A educação proposta pelos movimentos populares em educação, que assim eram chamados, tinha como objetivo fazer com que os alunos fossem levados a analisar criticamente a relação política, social, econômica e cultural da realidade social vivida ou experimentada dentro e fora da escola.

A escola que queremos necessita de uma prática pedagógica que respeite a diversidade e o multiculturalismo. Pensar essa prática pautada nas ações culturais fomentadas pela escola é um desejo recorrente, contudo, não sabemos se de fato estas conseguem trabalhar as especificidades. Apresentamos a seguir a fala de um entrevistado que afirma trabalhar nessa perspectiva. Para ele essas questões surgem,

Através das ações que se valorize e se respeite o pensar de cada grupo como também o jeito de ser de cada um. Ações essas: projeto envolvendo a música, a dança e a moda etc. Em constante processo de reflexão-ação, sobre os saberes e os conhecimentos a serem difundidos e apreendidos pelos sujeitos, nela atuantes. (Raio)

Diante do exposto cresce o pensamento sobre a importância de que os sujeitos adultos devem ser tratados como seres autônomos e não robôs na sociedade brasileira. Como será que essa transição foi possível? Será que realmente conseguimos evoluir de uma educação liberal para uma educação progressista? Como resposta a estas questões, apresentamos a necessidade de construir uma atividade pedagógica com o novo viés, o da contextualização, na qual se constrói também o perfil profissional docente, sendo assim,

O professor estrutura, ao longo do processo de construção de seu percurso profissional, o espaço pedagógico que expressa o saber do seu ofício, criado no contexto de sua trajetória e que resulta de uma pluralidade de saberes: os saberes relativos às ciências da educação e das ideias pedagógicas, os saberes curriculares, relativos à seleção dos conhecimentos acadêmicos ligados ao ensino e os saberes da experiência, oriundos da sua prática profissional, construídos individualmente ou na socialização do seu trabalho (VEIGA, 2007, p. 36).

Como percebemos, a educação progressista fala de uma renovação, de uma transformação da realidade educacional pela democratização de ensino levando os alunos da EJA a pensar criticamente sobre a sociedade. Se pensarmos nos dias de hoje, será que conseguimos evoluir de um movimento liberal em educação para um

53

movimento progressista? Será que dentro da escola professores e professoras dão espaço, permitindo que os alunos pensem criticamente a realidade que eles vivem?

Não podemos falar de educação progressista afirmando que essa transição foi possível; na verdade, tanto a educação liberal quanto a educação progressista perduraram até os dias atuais, influenciando a convivência nas escolas.

Em alguns momentos educamos através da educação progressista e em outros usamos a ideia da educação liberal, então não deu para demarcar em outros casos essa separação ou a diferenciação de um modelo liberal e um modelo progressista. Dessa forma, afirmamos que eles acontecem juntos, o que produz uma incoerência ou incongruência na prática pedagógica.

É fato que a educação progressista foi utilizada muito mais na Educação de Jovens e Adultos, pois nessa modalidade o professor não atua sobre esse desenvolvimento intelectual ou desenvolvimento humano, na verdade ele insere o conhecimento e auxilia o processo de pensamento, de raciocínio crítico do sujeito, levando até interpretar a sociedade, a realidade que ele vive através dos conteúdos dados a ponto de não conseguir interpretar, por exemplo, seu próprio desenvolvimento ou sua própria aprendizagem como era feita anteriormente na educação dita renovada.

No período da educação renovada, a ênfase era dada na educação infantil, no desenvolvimento das crianças. Então, se falamos em desenvolvimento infantil, não podemos falar da mesma forma sobre o desenvolvimento de adultos. Os movimentos populares em educação, em especial os movimentos progressistas, perceberam que os adultos não eram privilegiados de nenhuma maneira dentro da educação brasileira, tendo Recife aberto às portas para o modelo proposto por Paulo Freire, de modo que no interior do Brasil, em Recife, Natal, em várias cidades onde perceberam que a educação não chegava, e quando chegava, era de forma bem precária.

Essa pedagogia foi levada adiante por Paulo Freire e Madalena Freire e alguns outros teóricos e eles entendiam que a realidade educacional da forma como era posta aqui no Brasil, não servia de base para a formação autônoma do sujeito, ou seja, para o sujeito se libertar de tudo aquilo que o governo ou as ideias políticas do país lhe obrigava a ser ou fazer que fosse o ideário da pedagogia liberal.

54

A pedagogia progressista nos fala de uma transformação como já vimos da realidade brasileira. Tentava-se com essa pedagogia, uma transformação do que acontecia no nosso país, já em uma perspectiva da necessidade de inclusão de jovens e adultos no processo de escolarização. Essa educação deu certo, pois ainda hoje falamos dela, não apenas na perspectiva da EJA, indo um pouco além, discutindo a democracia do país, aspecto relevante para o pensamento crítico.

O que fazemos com a pedagogia progressista na sala de aula? É possível falar da relação professor aluno na pedagogia progressista? A relação professor - aluno, sem dúvida é um foco importante. Quando falamos em relação professor aluno não estamos falando de uma relação centrada no professor, mas também na sua atividade pedagógica enquanto experiência humana.

Na pedagogia progressista, vamos um pouco mais adiante, falamos de uma relação de horizontalidade, onde não há uma hierarquia, onde não há poder. Agora professores e alunos fazem parte do mesmo processo, sem autoridade ou hierarquia. É claro que existe o respeito e é isso que se tenta veicular.

[...] os saberes da experiência são também aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente, num processo permanente de reflexão sobre sua prática, mediatizada pela de outrem – seus colegas de trabalho, os textos produzidos por outros educadores (PIMENTA, 2006, p. 20).

O trabalho coletivo é construído na perspectiva de formar o cidadão crítico, um cidadão livre, mas isso não significa dizer que em sala de aula devemos deixar o aluno completamente livre; o cidadão crítico também tem responsabilidade e a responsabilidade do aluno nesse processo é justamente a de se comprometer com seu próprio processo de aprender.

O cidadão crítico que queremos e aquele que conhece as leis e que participa do processo democrático, é aquele que questiona, é aquele que dentro da escola, consegue no jogo da aprendizagem ou do ensino aprendizagem com seu professor,

sendo questionador em cada atividade pedagógica que se envolve.

É comum ouvirmos da necessidade de uma mudança na forma de pensar e conceber a Educação de Jovens e Adultos contemporânea. Os desafios da educação não se localizam apenas na escola. Nessa dissertação, focamos na escola e na prática de professores e professoras, porque vivemos um momento de desenvolvimento tecnológico que nossos educandos não têm acesso de forma

55

efetiva. Existe um abismo que separa sociedade política e educação, pois se uma sociedade se desenvolveu como pensamento ou tecnologia, ela retrocedeu, pois vivemos uma crise política e social maior que em tempos anteriores.

O primeiro passo é discutir o que a escola ensina e qual é o nosso modelo escolar. Até a década de 50, o Brasil possuía uma estrutura escolar que era voltada para a inflexão do pensamento; embora tivéssemos a literatura, filosofia, arte e outras disciplinas, elas eram abordadas de forma impositiva pelo professor. A formação escolar não era aberta, questionadora ou reflexiva. Era uma escola elitista, voltada para poucos, uma escola que se dedicava a formar lideranças. Somente os bons conseguiam concluir o ensino médio e os melhores conseguiam entrar na universidade.

De acordo com Vanilda Paiva (2011, p. 40) “[...] ao falar dos anos 40, 50, 60 já estamos falando de um momento em que a escola pública, ainda relativamente restrita, mantém uma notável estabilidade – refletindo a estabilidade da sociedade de que é parte”. A escola funcionou por muito tempo como mecanismo de exclusão, reproduzindo o que acontece na sociedade. A educação era uma premiação a determinadas pessoas de uma classe ou mesmo de uma intelectualidade grandiosa, para conseguir certo êxito na escola, especialmente a classe popular, exigia-se mais do que se ofertava.

Durante muito tempo o maior problema da educação era o acesso do jovem a escola, as instituições não disponibilizavam vagas, e quando o faziam, era apenas para os de melhor desenvolvimento cognitivo. Na atualidade temos ainda tensões quanto à questão da falta de acesso, e quando damos acesso, estamos trabalhando uma coisa caríssima para a educação que é a construção de escolas, a contratação e manutenção de profissionais da área do conhecimento. Contudo, ainda temos

sérios problemas com a formação pedagógica e a qualidade de ensino.

De fato, só teremos uma educação de qualidade, quando homens e mulheres, cidadãos do mundo contemporâneo se organizarem enquanto sujeitos de direito para acompanhar, reivindicar e avaliar o serviço público prestado à população. Em uma sala de aula com 35 alunos, por exemplo, há bastante heterogeneidade e cada sujeito com suas diferenças. Sendo assim, é importante que o professor consiga reconhecer os diferentes pensares e saberes. No tocante a EJA, a realidade vivida, o pensamento crítico, o olhar sobre o mundo, tudo isso se diferencia.

56

A metodologia de ensino da pedagogia progressista, supracitada, fala justamente de trabalho em grupo, com elemento que vai favorecer a circulação dos conhecimentos dos alunos, os quais experimentarão a sua própria diversidade.

O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas imaginações, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1996, p. 96).

Ao refletir sobre os problemas enfrentados pela escola, o professor muitas vezes se preocupa apenas com a questão disciplinar, a gestão, e a prática docente. Contudo, a complexidade encontrada nesses dias nos convida a entender que pensar a escola de hoje significa, não servir às ideias de ordem ou de desordem, é servir-se delas de forma organizadora, e por vezes desorganizadora, para conceber nossa realidade. [...] A palavra complexidade é palavra que nos empurra para que exploremos tudo e o pensamento complexo é o pensamento que, armado dos princípios de ordem, leis, algoritmos, certezas, ideias claras, patrulha no nevoeiro o incerto, o confuso, o indizível (MORIN, 2000, p. 181).

As incertezas revelam-se como desafios para a educação contemporânea, inclusive para aqueles que querem muito mudar, o professor e a professora pode ter recurso, mas como vai realizar essa mudança dentro de uma instituição deteriorada e ao mesmo tempo em construção?

Por meio de uma metodologia apropriada, a faixa etária dos sujeitos da EJA, possa assim garantir a permanência desse sujeito. Técnicas e recursos que façam parte do mundo do reconhecimento do aluno. O conhecimento é construído na interação do sujeito com o meio que o envolve. (Água)

A interação é a chave para a vida em comunidade e o conseqüentemente o sucesso da pessoa humana, contudo, isso é um exercício muito difícil e precisamos de uma educação que nos alimente para a vida, porque a vida está em risco no planeta pela falta de valor a vida e pela falta de capacidade em lidar com a frustração pelos insucessos.

Precisamos reconhecer que há complexidades do processo de Globalização, informação, desinformação e a mobilidade como características do nosso tempo. O mundo encontra-se interligado do ponto de vista econômico, político, técnico e cultural. As novas formas de organização do trabalho bem como o caráter

57

multinacional das empresas, exigem mobilidade constante de um grande número de pessoas que rotineiramente circulam entre diferentes regiões, países e continentes. “Quantidades quase inimagináveis de informações, de notícias e de dinheiro se deslocam pelos quatro cantos do globo em frações de segundo” (GOERGEN, 2010, p.13).

Toda educação implica em doses fortes de instrução, entendimento, maneira de regras e reconhecimento de saberes já acumulados pela humanidade. Embora importante essa instrução não seja o aspecto fundamental da educação já que este reside nas vivências personalizadas de aprendizagem que obedecem à coincidência básica entre processos vitais e processos cognitivos (ASSMANN, 1998, p. 33). O processo de ensino/aprendizagem coloca-se como a base para pensar a prática pedagógica na complexidade contemporânea, que ainda não reconhece as desigualdades.

Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. [...] A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida (BORDIEU, 2007, p. 53).

Uma escola que trabalha as questões da desigualdade faz uma descoberta revolucionária e isso significa que a ênfase do processo educacional não está mais centrada em conteúdos estanques e que o processo de ensino-aprendizagem resulta da relação sujeitos/objeto do conhecimento, e que, da interação entre ambos surge



“[...] a criatividade e a consequente construção dos saberes, ora de forma independente, ora mediada pelas ações docentes que favorecem a interlocução dos sujeitos aprendizes” (RIVERO, 2004, p. 86).

As ações docentes são fundamentais para que o processo de ensino aprendizagem que funciona como um labirinto pedagógico capaz de criar situações também complexas para que os sujeitos consigam lidar com as situações confusas do cotidiano. Por meio do cumprimento de exercícios e de atividades que provoquem vivências, pela simples razão de que o viver e o protagonizar experiências levam o sujeito a construir um processo significativo de aprendizagem conseguindo dar sentido à memória e comunicar os resultados de sua indagação mediante as injustiças sociais.

58

Hoje, a escola tenta organizar-se a partir de seu corpo social, para atender estudante em sua individualidade, procurando entender que cada um utiliza o conhecimento de forma diferente e por essa razão, é necessário e desejável que enquanto aprendiz e em suas possibilidades específicas de indivíduo receba orientações possíveis para sua melhor compreensão de mundo e, ao mesmo tempo, de ser social com uma capacidade de pensar e agir coletivamente na sociedade, embora carregue consigo interesses e habilidades particulares.

Compreender o ensino na educação de Jovens e Adultos e idosos em tempos contemporâneos e dentro de um cenário globalizado parte da necessidade de entender a educação como uma política pública de inclusão social. Para isso, a prática educativa exerce uma importante função, que é a inserção dos sujeitos em um contexto socioeducativo. Pensar a escola como espaço socioeducativo significa compreender que estamos inseridos num mundo globalizado, porém desigual; e essa desigualdade não de ser legitimada pela escola que muitas vezes funciona como ambiente que separa pessoas e não valoriza seus pensamentos.

Separar pessoas por suas características culturais, de gênero, raça e religião não é tarefa de ninguém, muito menos o papel da escola pelo contrário, a escola deve atuar como espaço de transformação, especialmente na Educação de Jovens e Adultos, onde encontramos um público que atua na sociedade através do seu trabalho e participação política. Essa modalidade de ensino tem uma função reparadora e formativa. Por meio dela, jovens e adultos tem uma nova chance de se

inserir em espaço formativo e profissionalizante.

Por diversos anos, a educação vem apresentando dados negativos a respeito da qualidade de ensino oferecido nas escolas públicas, onde a maioria dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos já não inclui em suas perspectivas, a profissão docente, o que leva a crer que em pouco tempo talvez, se chegue a uma escassez desses profissionais de educação pública no país, tendo em vista, a falta de valorização no setor como vem sendo notado ao longo de décadas. A Autonomia é um dos grandes temas da complexidade, ela perpassa pela autogestão, e autogestão implica compreensão, e que implica o desenvolvimento de outra inteligência, ao valorizar o saber local.

Amorim (2007) reconhece que a escola é uma instituição social complexa e plural, aponta que a atuação do gestor escolar é fundamental para compreender e

59

saber lidar com as questões da complexidade na educação, mas para isso é necessário pensar uma gestão inovadora dos saberes escolares, modelando e articulando as ações dos sistemas de ensino e aprendizagens pela definição de objetivos com as comunidades e intercâmbio de informações, com estímulo às experiências da vida cotidiana e das práticas educativas inovadoras.

Discutir as práticas educativas sob a ótica Freireana (1996) significa buscar soluções para as dificuldades do processo de escolarização e formação educativa na EJA. A existência dos problemas revela que é urgente a construção de um espaço democrático dentro do ambiente escolar e de convívio ético, sem essa construção, é impossível enfrentar os problemas da escola contemporânea. Vivemos em ambientes hipertextuais de acesso a links e conexões, necessitamos tornar essas conexões uma realidade em nossas vidas, tornar o ambiente interno da escola respeitoso, democrático; e isso deve ser constante; por isso a escola deve abrir suas portas para o entorno e espaços dialógicos com a comunidade.

Muitos são os motivos pelos quais o professor desisti de ensinar por não conseguir lidar com complexidades, diversidades e o multiculturalismo presente na Educação de Jovens e Adultos. Professores e professoras precisam saber lidar com as diferenças e particularidades culturais. A escola, enquanto instituição pública é uma versão micro de uma sociedade que ela está inserida; e os pertencentes a esta

instituição devem mediar os conflitos cotidianos de seus alunos. Percebemos no relato a seguir a noção de que a pluralidade cultural é um elemento observado na atividade desse professor, o qual admite a necessidade de empregarmos uma linguagem neutra no tratamento a essas questões.

Elas estão presentes. Pois as turmas são formadas do diverso e do multi. Cada tema, projeto ou aula essa pluralidade tem que ser considerada. Tenho que traçar uma linha de trabalho em que a pesquisa, observação e avaliação diária possa me levar a uma linguagem neutra e fomentada em estudo que passa por pessoas, por argumentos muitas vezes negativos, carregados de conceitos e dogmas religiosos, preconceituosos, discriminatórios e minimizantes para que num debate e estudos de textos até bíblico, vídeos, músicas e internet seja recursos que ajudam a superar os equívocos abrindo espaço para novos conceitos e na produção do resultado final das nossas pesquisas. (Nuvem)

Toda prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos precisa ser analisada e planejada com cuidados, seja no planejamento escolar, seja na execução e principalmente na avaliação. Faz parte desta pesquisa e também como

60

pesquisador desta temática, estudar e buscar meios positivos para uma avaliação justa, que não exclua o sujeito de seu convívio social, e que todos nós educadores e educadoras consigamos unir o ato de avaliar com o ato de planejar.

O ato de planejar, executar e avaliar constitui o ato pedagógico. Infelizmente o ato de avaliar tem sido praticado de forma separada do ato pedagógico. E esses três componentes devem formar um todo; é a ética na conduta da avaliação dos sujeitos na Educação de Jovens e Adultos.

Todavia, o ato de avaliar é semelhante em toda e qualquer circunstância, então dessa forma avaliação é investigar a qualidade de alguma coisa, o que diferencia é o objeto; e se o objeto é a aprendizagem escolar, o professor e a professora deve investigar a qualidade da aprendizagem escolar. Se o educador estiver praticando a produção de eventos ele deve avaliar a qualidade da produção de eventos.

Em relação à avaliação da aprendizagem, tradicionalmente diríamos que nos últimos 520 anos da educação nós praticamos exames escolares, ou seja, nós trouxemos para escola, modos de agir, de ser, que ocorriam na sociedade anterior ao século XVI que era e continua sendo seletividade, portando para dentro da escola o que o estudante aprendeu ou não aprendeu.

Antes do século XIV, a escola não era como hoje, a escola era a relação de um mestre com dois ou três aprendizes, não se aceitava o pensamento do aluno.

Hoje,

A escola é vista como espaço mediador entre o aluno e o mundo e o mundo social adulto e desempenha esse papel pela transmissão e assimilação dos conteúdos culturais historicamente situados. Entretanto não se trata de o aluno recebe-los passivamente, nem se acredita que a assimilação seja uma atividade espontânea; o processo de transmissão/assimilação se dá pela relação dialética entre os conteúdos culturais sistematizados e a experiência social concreta trazida pelo aluno (LIBÂNEO, 1998, p. 71).

Na avaliação quem aprendeu permanece, quem não aprendeu é reprovado ou quem aprendeu prossegue, quem não aprendeu é retido. E esse modelo seletivo pendurou do século XIV ao século XX na educação ocidental. Qual a função da avaliação? Garantir o sucesso em qualquer lugar, na empresa, na experiência religiosa, na política, em nosso cotidiano até em família, ela é a parceira de quem produz resultado, e a parceira no sentido de encontrar o melhor resultado de um determinado curso de ação.

61

A prática do professor e da professora repercute na avaliação, a qual reconhece o aluno como sujeito construtor de seu próprio conhecimento, não simplesmente por aquilo que ele consegue representar numa prova escrita e subjetiva, mas procurar também analisar em sua capacidade de interpretação, diálogo, debate de temas relevantes às vivências multiculturais.

A avaliação produz diagnóstico que sinaliza o resultado não satisfatório ou pleno satisfatório. A avaliação não resolve nada, ela só pesquisa a qualidade do resultado. O que resolve é a gestão, gestor é aquele que administra alguma coisa, por exemplo: o professor da disciplina. A avaliação diz o que você está fazendo, produto de sua atividade ou se ainda não tem resultado que o professor deseja e espera.

Não é fácil dizer para um adulto e idoso que ele está equivocado e que décadas de convicções tem que ser reavaliada. Entenda que não é uma imposição da verdade do professor. Mas a mediação embasada para que se faça reflexão. Nesse processo são desenvolvidas diversas atividades de base alfabética, produções para o desenvolvimento da escrita e oralidade.  
(Nuvem)

Sempre ouvimos dizer quem fracassa é o estudante, ele não tem desejo de estudar, ele não aprende, não ler, se dispersa por outras experiências do dia a dia

do cotidiano, sujeitos que vem das camadas populares desfavorecidas, empobrecidos do ponto de vista econômico, financeiro, cultural e que ele tem dificuldade de aprender, então produz um fracasso escolar.

A ideia e a prática do castigo decorrem da concepção de que as condutas de um sujeito – aqui, no caso, o aluno –, que não correspondem a um determinado padrão preestabelecido, merecem ser castigadas, a fim de que ele “pague” por seu erro e “aprenda” a assumir a conduta que seria correta (LUCKESI, 2005, p. 52).

Pouco se tem pensado se o fracasso escolar decorre do estudante ou decorre também da instituição. Aos finais dos anos 1980 começou a pensar que as instituições também fracassam ou elas podem fracassar, não somente o estudante pode fracassar, o sistema também fracassa. Nesse sentido, todos nós seres humanos apostamos no sucesso.

Na avaliação da aprendizagem, o professor não deve permitir que os resultados das provas periódicas, geralmente de caráter classificatório, sejam supervalorizados em detrimento de suas observações diárias, de caráter diagnóstico. A avaliação é um processo que deve estar a serviço das individualizações da aprendizagem (PERRENOUD, 1999, p. 54).

62

A avaliação de larga escala não tem a função de olhar apenas para o estudante, mas para todo o sistema educacional, de tal forma que possamos olhar quem fracassa; pode ser quem ensina e pode ser o sistema, e se o sistema está fracassando, o que vamos fazer para rever o fracasso? Se o estudante está fracassando, o que nós vamos fazer? É o que tradicionalmente chamamos de recuperação. São soluções do gestor para encontrar uma solução satisfatória do sentido de buscar resultado positivo.

A ciência produz conhecimento e a tecnologia solução a partir do conhecimento. Fazemos um paralelo com a avaliação. Avaliação produz um conhecimento da qualidade do resultado de alguma coisa e necessita ser praticada com rigor da metodologia científica e se ela não for praticada com esse rigor, ela é pura e simplesmente expressão de subjetividade, de juízo subjetivo, emocional e assim por diante. Não que a subjetividade, que a vida emocional, esteja presentes na avaliação, mas o rigor metodológico vai propiciar melhorar e aliviar muito as expressões emocionais que muitas vezes se fazem presentes nas práticas avaliativas porque parecem que é apenas subjetividade.

O ato de avaliar é um ato de investigar e produzir conhecimento, ela se

assemelha ou equivale à pesquisa científica. A diferença está no resultado que se espera. A pesquisa científica pretende desvendar, como funciona a realidade, e avaliação pretende desvendar qual a qualidade da realidade.

Este é o princípio básico e fundamental para que ela [a avaliação] venha a ser diagnóstica. Assim como é constitutivo do diagnóstico médico estar preocupado com a melhoria da saúde do cliente, também é constitutivo da avaliação da aprendizagem estar atentamente preocupada com o crescimento do educando. Caso contrário, nunca será diagnóstica (LUCKESI, 2005, p. 82).

E no caso de coletas de dados sobre aprendizagem do estudante, é preciso instrumento que tenha sistematicidade, ou seja, que cubra tudo que foi ensinado para o estudante, e o essencial, não pode ser um conto, um ponto ou perguntas aleatórias, mas precisam ser perguntas mapeadas e conscientes. Professores e professoras devem ter um mapa descritivo da aprendizagem do estudante. É necessário levar em consideração em teste, redação, monografias, enfim nos múltiplos instrumentos que temos em uso. Esses instrumentos precisam ser varados numa linguagem compreensível aos estudantes, informações habilidades e

63

competências que tenha o mesmo nível de complexidade, a mesma metodologia com que foi ensinado.

Se o professor e a professora ensina um determinado conteúdo e na hora de avaliar ele cobra do aluno outro conteúdo, essa distorção entre ensinar uma coisa e pedir outra significa que o professor não está descrevendo bem o desempenho do estudante. As questões precisam ter uma precisão, o estudante tem que entender como o professor entende a pergunta ou o professor tem que entender como o estudante entende a pergunta. Ela não precisa ser genérica. O que o professor e a professora escrevem na avaliação é satisfatório? Para saber se uma coisa é realmente satisfatória, o único caminho disponível epistemologicamente é comparar o descrito com o padrão ou critério que permita observar se a realidade é qualitativamente positiva ou negativa.

Nos critérios relacionados à aprendizagem, professores devem estabelecer no dia que planejam o ensino. Ele vai ensinar alguma coisa e esperar qual será o padrão de qualidade e expectativa. Então, a coleta de dados através do instrumento, nos revela o desempenho revelado pelo instrumento como padrão de qualidade; se

for satisfatório, ótimo; se não for satisfatório, será o terceiro passo da avaliação que é a intervenção. Podemos tirar duas consequências no ato de avaliar: o primeiro é o do ponto de vista pedagógico e o outro do ponto de vista político.

Do ponto de vista pedagógico, a avaliação como subsidiária do sucesso, ela garante pedagogicamente que professores possam chegar ao resultado desejado, e se não chegou vamos reinvestir para chegar ao resultado desejado. A avaliação produz o indicativo e a solução decorre da gestão, da decisão e do investimento na produção do resultado que se deseja que se espere e se investe nela para construção. Freire (2003, p.118) acrescenta:

Meu papel como professor, ao ensinar o conteúdo a ou b, não é apenas o de me esforçar para, com clareza máxima, descrever a substantividade do conteúdo para que o aluno o fixe. Meu papel fundamental, ao falar com clareza sobre o objeto, é incitar o aluno a fim de que ele, com os materiais que ofereço, produza a compreensão do objeto em lugar de recebê-la, na íntegra, de mim. Ele precisa se apropriar da inteligência do conteúdo para que a verdadeira relação de comunicação entre mim, como professor, e ele, como aluno se estabeleça.

Politicamente a avaliação é um recurso que sugere e propicia educadores que assim desejarem, está investindo na equalização social. Não é que a educação

64

equalize a sociedade juntamente com outras instancias sociais, ela equaliza e democratiza a sociedade. Mas para democratizar a sociedade, é preciso que todos aprendam o necessário. Se eu planejo aquilo que é necessário ser ensinado e aprendido, mas não foi aprendido, não serviria para nada. Mas, se eu planejo aquilo que é necessário de ser aprendido e eu verdadeiramente invisto para que todos aprendam o necessário, eu democratizo não só o conhecimento e a cultura, mas eu ofereço ao educando recursos de democratização da vida social.

A prática da avaliação da aprendizagem, em seu sentido pleno, só será possível na medida em que se estiver efetivamente interessado na aprendizagem do educando, ou seja, há que se estar interessado que o educando aprenda aquilo que está sendo ensinado (LUCKESI, 2005, p. 99).

A prática da avaliação da aprendizagem, não é eficiente apenas do ponto de vista da execução do projeto pedagógico, mas tem consequência política revolucionária fundamental que é subsidiar busca do melhor resultado para todos. Portanto, ela tem a ver com a democratização não apenas do ensino, mas a democratização da sociedade para atender as demandas, não apenas de natureza

social e política, como também individual.

Essa dissertação propõe a necessidade urgente de formação de professores, diretores, coordenadores e todo profissional de educação para que sejam capazes de pôr em prática pedagógica da divergência e não apenas de convergência na EJA.

A escola que temos hoje é uma escola como reformatório, como uma prisão, como um regime militar. Nosso currículo chamava-se grade curricular, nós temos disciplina e a avaliação chamada de prova, como se o aluno fosse condenado, e se ele não provar que é inocente, não será absorvido. A necessidade de construir uma escola dessa maneira, é que ela diz respeito especificamente à outra necessidade ou desejo dessa sociedade que é produzir passividade, disciplina, ausência de questionamento, crítica, repetição e não criação de conteúdo.

Poucas são as escolas públicas do Brasil, em que estão repensando a estrutura arquitetônica. Mesmo na contemporaneidade, muitas escolas são compostas de salas pequenas, isoladas e com corredores imensos. Os pátios são totalmente vigiados, o aluno vem para o pátio e fica em convivência limitada e a maioria das escolas não tem espaços amplos, as escolas não têm arejamentos entre os processos e nós perdemos a noção de conjunto, unidade, participação e

65

relacionamento. Isso faz com que além da passividade, da repetição, nossa escola se tornasse um espaço isolado e que não transforma mentalidades.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença (BRASIL, 1997, p. 21).

Infelizmente, a escola pública ainda é vista como um espaço para manter o jovem afastado da rua e não como um espaço de socialização propício para alimentar o pensamento, a discussão, a produção de conhecimento. Na contemporaneidade, a escola ainda se mostra como um espaço isolado, fragmentado, voltado para disciplina como uma hierarquia, onde o aluno deve



respeitar o professor, mas o professor não tem obrigação de respeitar o aluno.

Consideramos que a escola está distante da realidade e o conhecimento se encontra com vida social do sujeito. Quando um jovem adulto volta à escola ele já perdeu o seu comportamento adequado no âmbito escolar. O aluno fica sentado na cadeira em fileiras um de frente para o outro durante duas ou três horas consecutivas, vai para o intervalo e volta. Isso é uma disciplina do corpo que é inacreditável de passividade física. Não é saber andando, se movendo; é o saber parado, estático.

66

### **3 NARRATIVA DO PESQUISADOR: O ITINERÁRIO METODOLÓGICO**

O presente capítulo foi elaborado em forma de narrativa, pois optamos pela narração da experiência de pesquisa por acreditar que esse foi o melhor caminho para apresentar o resultado da interação que desenvolvemos com os sujeitos envolvidos na pesquisa e por acreditar que o relato de experiência é um mecanismo de sistematização de informações, com um maior grau de descrição e compreensão analítica. Não estaremos apenas descrevendo os achados da pesquisa, mas também apresentando o processo de pesquisa, desde o levantamento das questões, as interações realizadas e as respostas obtidas.

A narrativa certamente aproximará o leitor da experiência desenvolvida pelo pesquisador e os demais sujeitos envolvidos. Nesse sentido, apresentamos o itinerário metodológico da pesquisa, os procedimentos adotados, a abordagem, o processo de interação por meio das entrevistas e o próprio fazer da pesquisa, bem como os achados.

O procedimento metodológico adotado considera a autonomia dos sujeitos envolvidos e por isso, essa é uma pesquisa de campo que buscou ouvir os sujeitos partícipes da pesquisa com atenção e respeito ao seu lugar de fala e condições de desenvolvimento do trabalho profissional como educadores de jovens e adultos.

É notória a importância de entender a pesquisa como uma prática social não neutra, com sentidos e significados teórico-metodológico próprio a cada situação investigada, pois,

Delinear uma proposta metodológica inicialmente é algo complexo, já que a construção de um itinerário metodológico nos faz caminhar por trilhas do conhecimento que muitas vezes requerem um transitar por tensões e incertezas diversas que emergem no processo de construção da pesquisa a partir das escolhas teóricas e das experiências pessoal-profissionais. (FERREIRA, 2012, p. 46).

A abordagem qualitativa vem se configurando como uma perspectiva de investigação científica focada no caráter subjetivo do tema em análise, estudando particularidades e experiências individuais. Nessa pesquisa dialogamos com

67

professores e professoras a partir do que dizem sobre a questão e para compreender melhor o seu ponto de vista.

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p. 57).

Sendo assim, a aproximação das inquietações e preocupações, geram uma reflexividade crítica das condições em que se desenvolvem práticas e métodos, um tema que acompanha a atividade docente, pois não basta ao professor e a professora pensar no conteúdo, no sujeito e na sua realidade, eles precisam eleger métodos e desenvolver práticas que permitam transformar realidades.

### 3.1 O LÓCUS DA PESQUISA DE CAMPO

Antes de iniciar a pesquisa, fui conhecer a realidade a qual pleiteava investigar. Na primeira visita a escola, fui muito bem recebido pela vice-diretora que me apresentou a unidade escolar e traçou o perfil administrativo, técnico e formativo daquela unidade. Tive a oportunidade de conhecer alguns professores e professoras, os quais me receberam muito bem e se colocaram à disposição para realizar a pesquisa.

Durante a visita a vice-diretora sinalizou a necessidade de formalização da pesquisa junto a Secretaria de Educação do Município. Seguindo sua orientação me dirigi até a Secretaria Municipal de Educação de Salvador-Bahia em busca da

assinatura da diretora pedagógica, a qual me recebeu muito bem e solicitou uma cópia do projeto de pesquisa e o termo de coparticipação. De posse dos documentos, a mesma solicitou alguns dias para fazer análise do material. Passados mais alguns dias, recebi o documento autorizando a pesquisa na instituição que desejava investigar. Nesse mesmo período, recebi o parecer positivo do conselho de ética me autorizando a iniciar a pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Metodista Susana Wesley localizada a Rua Luiza Mahim, 102, Boca do Rio, Salvador, BA que atende a Educação de Jovens e Adultos no turno noturno de Ensino Fundamental, alunos da

68

EJA TAP I e TAP II no qual atuam 04 professores e 09 professoras nas distintas áreas do conhecimento.

Em relação à estrutura para atendimento a escola disponibiliza 05 salas para a EJA, uma sala para a direção e outra para a secretaria; não há sala de professores e reuniões, mas há uma sala de multimídia e livros com mesas e cadeiras. A escola possui uma quadra esportiva, mas geralmente não é utilizada pelos alunos da EJA; tem banheiros para alunos e para professores. Há um espaço coberto para refeição com mesas e cadeiras, onde se serve a merendar escolar antes da aula.

### 3.2 ELEMENTOS NARRATIVOS PRESENTES NAS RESPOSTAS COLETADAS

Nessa pesquisa adotei o questionário como principal dispositivo de produção de informações, contudo, a dinâmica da aplicação do questionário foi pensada não apenas no sentido de fazer perguntas diretas para obter respostas objetivas e sim, para que a partir das questões apresentadas, os sujeitos envolvidos produzissem pequenos trechos narrativos sobre o tema em questão.

Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Gil (p. 128-129) apresenta as seguintes vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados: a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado

O questionário deve ser visto como instrumento de pesquisa geralmente construído em função dos objetivos planejados e traduzidos em um conjunto de

69

perguntas específicas, claras e objetivas para que se atinja compreensão de dado tema/problema a ser investigado pela dinâmica da pergunta.

Escolhi o questionário pois este é uma técnica bastante viável e pertinente para ser empregada quando se trata de problemas cujos objetos de pesquisa correspondem a questões de cunho empírico, envolvendo opinião, percepção, posicionamento e preferências dos pesquisados.

A medida em que fui sistematizando as respostas dos questionários ficaram evidentes pequenos trechos narrativos, os quais serviram como instrumento investigativo pelo viés reflexivo sobre o tema que fora trabalhado: A diversidade e o multiculturalismo na prática pedagógica de professores e professoras da EJA.

Ao adotar o questionário como instrumento de coleta de informações, acredito que se tornou possível aproximar de forma mais prática e objetiva da compreensão dos sujeitos investigados sobre o fazer pedagógico, e assim, investigar os temas circundantes na atividade profissional dos professores e professoras da EJA que participaram dessa pesquisa.

O questionário como fonte de informação e instrumento para a produção de pequenas narrativas se mostrou um modo bastante eficaz para entender como está representada a experiência docente sobre o seu fazer pedagógico, pois a experiência, de certo modo é o que estudamos; ela pode ser representada na forma narrativa porque o pensamento é narrativo. Segundo Squire (2014) a narrativa pode ser entendida como um recurso simbólico, social e, sobretudo cultural e/ou histórico,

utilizando-se de particularidades e não de generalidades.

A maneira como construímos o enunciado das questões para o questionário, contribuíram para que os trechos de narrativas fossem analisados com base em um contexto em movimento, o qual caracterizei como o da prática pedagógica de professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos no tocante as questões da diversidade e do multiculturalismo.

O questionário como suporte para elaboração de trechos narrativos tende a valorizar as narrativas experienciais. A experiência é fundamental na vida do professor e da professora se partimos de princípio de que a formação docente como processos de atualização se dá através da aquisição de informações científicas, didáticas, psicopedagógicas e contextualizadas na prática educativa, em junção com

70

a construção de conhecimentos e teorias a partir da reflexão crítica. “Por isso é que na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 1996, p. 43).

Compartilhando dessa visão, Miranda, (2000, p. 134), chega a afirmar, que,

[...] somente o professor é capaz de examinar a sua prática, identificar seus problemas, formular hipóteses, questionar seus valores, observar o contexto constitucional e cultural ao qual pertence participar do desenvolvimento curricular, assumir responsabilidade por seu desenvolvimento profissional e fortalecer as ações em grupo.

A narrativa na vida do professor e da professora é uma incidência íntima e intensiva; representa de algum modo, uma intrusão pessoal na vida de outra pessoa; é, pois, necessário desbloquear desconfianças iniciais e estabelecer uma relação franca (GALVÃO, 2005).

A narrativa está presente em cada lugar, em cada idade e em cada sociedade. Ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu em tempo algum um povo sem narrativa. A narrativa não se importa com boa ou má literatura. Ela é intencional, histórica, transcultural, está presente como a própria vida e pressupõe uma postura metodológica firmada na interação entre pesquisador e o participante, um jogo de relações baseado na confiança mútua, fundamental na produção das informações, interpretação e publicação.

A narrativa pode acontecer a partir de entrevista aberta ou não estruturada e

apresenta percepções e interpretações do sujeito da pesquisa sobre determinada experiência, fato ou acontecimento, em linguagem oral ou escrita. Nesse instrumento, o pesquisador busca levantar posicionamentos acerca de determinada situação de maneira ampla, espontânea e livre, sem necessidade de roteiro de perguntas, exigindo muito mais sua capacidade de atenção, de escuta e de cuidados para manutenção do foco, a fim de compreender o que se narra (VERGARA, 2009).

Por meio de uma narrativa, a experiência vivenciada é reconstruída à medida que vai sendo apresentada pelo narrador. Como instrumento qualitativo de coleta de informações, possibilita o registro de lembranças e experiências oriundas do processo formativo da (auto) consciência. Ao captar o significado do tema na vida do sujeito, aproxima pesquisador e pesquisado (SILVA; TRENTINE, 2002).

71

Toda atividade humana envolve o uso da linguagem expressa de diversas formas, seja por meio da linguagem visual, teatral, verbal, entre outras. A narrativa é uma dessas formas de expressão usada pelos sujeitos em tempos e espaços diferentes, como forma de representar seus sentimentos e vivências, experiência de vida, formação e atuação profissional, a qual pode ser capturada pelo pesquisador. Schimidt (1990) cita o relato do pesquisador, ao concluir sua pesquisa e explicita o percurso realizado, como exemplo, de forma simples de uma narrativa.

Ao contarmos nossas experiências nos reafirmamos, modificamos e criamos novas histórias; assim o ato de narrar experiências é também um processo de aprendizagem, pois o sujeito ensina e ao mesmo tempo aprende ouvindo outras narrativas que muitas vezes servem como exemplo para suas ações. Além disso, a narrativa é uma maneira de tornar acessível à experiência humana do tempo, que só pode ser conhecido se for narrado.

Compreendemos que os saberes dos professores e professoras são modelados no decorrer de sua história pessoal, escolar e profissional. Isso implica dizer que esses saberes são dinâmicos, sujeitos a constantes construções e mudanças; e por meio das narrativas, conseguimos compreender como as pessoas vivenciam e percebem suas experiências.

As narrativas estão presentes na vida humana em diversas maneiras e em diferentes épocas. São as formas mais comuns que utilizamos para nos comunicar.

Analisa-las, pode nos dar uma infinidade de aspectos que permitam a compreensão do professor como sujeito para além de questões didáticas, metodológicas e epistemológica. Em razão das inúmeras concepções atribuídas às narrativas, discutiremos alguns pontos, a fim de esclarecer aqueles que se aproximam da concepção que adotamos nessa pesquisa.

Com esse olhar, nos dirigimos aos professores e professoras que ministram aula na Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Metodista Susana Wesley localizada na Rua Luiza Mahim, 102, Boca do Rio, Salvador, BA, com a intenção de realizar entrevistas semiestruturadas propícias à elaboração de narrativas que permitissem discutir a prática pedagógica em tempos de reflexão sobre a diversidade e o multiculturalismo no contexto definido.

72

Ao selecionar os colaboradores da pesquisa, levamos em consideração alguns critérios: disponibilidade e aceitação em participar da pesquisa; adesão para responder atentamente aos questionamentos e o perfil colaborativo da equipe.

### 3.3 ETAPAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Antes de desenvolver de fato a pesquisa, buscamos estabelecer uma relação assertiva com os sujeitos envolvidos por meio do diálogo e da observação dos lócus para preparar os tópicos para as entrevistas. Como foi dito anteriormente, as questões são abertas a fim de que a entrevista funcionasse como mecanismo para produção de pequenas narrativas.

A seguir apresentamos as etapas do processo de pesquisa, coadunando a nossa percepção enquanto pesquisador:

ETAPA 1 – Contato inicial com os sujeitos da pesquisa para esclarecimentos acerca dos objetivos e sobre a importância da colaboração dos mesmos na construção de pequenas narrativas sobre os pontos levantados.

Inicialmente havia sido pensado em realizar rodas de conversa para trabalharmos como grupos focais; na medida em que conhecemos o perfil dos

professores da unidade, percebemos que seria mais proveitoso, se realizássemos conversas individuais. Uma vez que, nem todas as pessoas gostam de expor situações que envolvam o contexto da sala de aula para os demais. Sendo assim, para evitar que os entrevistados se sentissem constrangidos em algum momento, optamos pelas entrevistas individuais.

ETAPA 2 – Composição de um questionário informativo a ser respondido pelos professores e professoras. Esse questionário contou com questões abertas e propícias a elaboração de trechos narrativos.

Nessa etapa foi possível coletar diversas informações a partir de questões abertas e provocadoras sobre o problema da pesquisa, com tópico-guia ou blocos temáticos que segundo Zardo, (2012), permite que possamos conduzir melhor o processo e contemplar de maneira mais eficaz os temas que estamos nos propondo.

73

O questionário foi respondido individualmente e no momento de análise dos trechos narrativos, busquei respeitar a fala de cada um, atento as minúcias do discurso e procurando colher o máximo de informações possíveis das pequenas narrativas.

O questionário contou com uma questão aberta no final, com indicação de produção de uma narrativa mais estruturada, ao passo em que foi solicitado dos mesmos a registrar suas impressões, as mesmas questões que haviam sido expostas. Com isso, conseguimos captar na escrita muitos elementos que as vezes escaparam nas falas.

ETAPA 3 – Transcrição de trechos de pequenas narrativas produzidas durante as respostas ao questionário da pesquisa. Nesse sentido, busquei ser de modo imprescindível ser fiel ao discurso do entrevistado(a), a fim de conferir sua fidelidade ao que foi dito. Souza, (2006) esclarece que cada narrativa transcrita deve ser submetida à apreciação dos entrevistados, uma vez que isto está previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) compactuado entre pesquisador-pesquisado.

Em relação à transcrição dos trechos narrativos, tomamos a liberdade de apresentar aos sujeitos participantes, trechos que tínhamos por intenção, utilizar na dissertação. Alguns optaram por aceitar livremente que fosse utilizado o que o



pesquisador desejasse, uma vez que segundo os mesmos, ali continha de fato o que pensavam. Em outros casos, foram sinalizados alguns trechos que gostariam que se retirasse por não representar o que de fato pensam, alegando ser resultado de incompreensão de perguntas ou mesmo por não compreender o tema abordado.

ETAPA 4 – Análise e interpretação dos trechos narrativos. Essa sem dúvida foi uma das partes mais significativas do trabalho, pois, somam a análise das informações levantadas e os aspectos subjetivos, com base na fundamentação teórica construída ao longo da pesquisa, no contexto que caracteriza as informações, e nas observações realizadas no processo da entrevista como sinaliza (DUTRA 2002).

Por ser esta uma etapa extremamente importante, e por acredito que, centrada em um único espaço do texto não conseguiria talvez, dar conta do material que coletamos por meio das entrevistas, optamos por trazê-la em dois momentos:

74

Inicialmente, trouxemos as falas em todo o texto, agrupadas em ordem aleatória e relacionadas ao referencial teórico adotado e em um segundo momento mais à frente no qual fazemos uma análise mais apurada.

A metodologia adotada permitiu a criação de um texto dissertativo mais coeso, fruto de uma pesquisa de campo implicada, apresentando argumentos dos distintos sujeitos nela envolvidos: professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos no tocante as suas práticas pedagógicas e suas abordagens sobre diversidade, multiculturalismo e as percepções do pesquisador em consonância com o referencial teórico adotado.

75

#### **4 ANÁLISES DAS INFORMAÇÕES COLETADAS NAS ENTREVISTAS REALIZADAS POR MEIO DE QUESTIONÁRIO**

O primeiro contato com professores e professoras da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Susana Wesley foi por intermédio de uma colega do curso de mestrado, que também desenvolveu sua pesquisa de mestrado na mesma

escola. Sua fala entusiasmada sobre a escola e a indicação de minha orientadora, Dra. Maria da Conceição Alves Ferreira me fizeram decidir por desenvolver a pesquisa naquele *lócus*.

A escola atende a duas modalidades da Educação de Jovens e Adultos, Tempo de Aprendizagem (TAP) I e II e está sob a direção da professora Ivonete Cintra Rosa Barreto Caldas e da vice-diretora, a professora Geresa Campos Mota Telles de Macedo. Dentre as 13 (treze) pessoas entrevistadas, estas possuem licenciatura plena e especialização em suas respectivas áreas, contudo, nenhum deles é especialista em EJA. Dentre estes apenas um se declarou mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

No primeiro momento deu-se o conhecimento sobre o espaço físico da escola. Após uma semana de observação com professores e professoras que seriam entrevistados, percebi que o espaço não era viável para um diálogo, pois não havia na escola uma sala adequada para que pudéssemos conversar em particular.

Outro problema foi o pouco tempo para realização das atividades complementares, pois a maioria ministrava aulas em duas ou três escolas para cumprimento de sua carga horária e isso faz com que gastem muito tempo em trânsito e geralmente não se conseguia reunir grupos e sendo assim, optamos por entrevistas individuais respeitando o tempo de cada um.

Inicialmente pensamos em um roteiro para entrevistas seguindo questões pontuais, contudo, sentimos a necessidade de aplicar também um questionário com perguntas objetivas que também continha um espaço para narrar suas experiências. Levamos cerca de 30 (trinta) dias para conseguir fazer as entrevistas com professores e professoras.

76

Dentre as questões feitas aos professores e professoras perguntei se já haviam presenciado alguma situação de intolerância envolvendo alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos na escola ou na sala de aula. Em caso positivo, pedi para que narrassem o fato ocorrido.

Na entrevista com Sol foi dito que se escutou por diversas vezes comentários desagradáveis relacionados à questão do gênero e da “opção sexual”. Notei que a resposta continha aspas no termo opção, o que revela que o entrevistado não sabe

ao certo a forma correta de se expressar, pois, ao tratarmos a questão da sexualidade envolvendo os indivíduos, sabemos que gênero e sexualidade não se tratam por opção e sim como uma condição sexual do sujeito.

Ressalta-se que um grupo considerável de pessoas que responderam aos questionários, nas entrevistas com Lua, Céu, Raio e Ar responderam que não presenciaram situações de intolerância na escola; um aspecto preocupante que nos leva a refletir e traz à tona um novo questionamento: Será que os professores e professoras não presenciaram situações de intolerância, ou não sabem como identificar esse tipo de atitude?

Em algumas entrevistas foram apontadas que a sala de aula tem sido um local de inclusão. Tal ênfase aparece nos pequenos relatos como um grande avanço educacional, uma vez que a escola passa a atender a todos e a discutir temas que por muito tempo deixou de lado, como se pode inferir nas falas em algumas entrevistas, onde disseram buscar contemplar na atividade pedagógica, o tema inclusão.

Preocupar-se com a inclusão significa reconhecer que a vivência em sala de aula é frutífera para construção de novas relações. Nesse caso é necessário um bom planejamento para que a prática pedagógica seja instrumento mediador das situações que exigem pensar de modo a incluir, aceitando e respeitando as diferenças.

Conhecer a nossa história significa reconhecer também a presença do outro, a qual se manifesta nas diferentes experiências socioculturais. Cabe aos educadores e educadoras desenvolverem estratégias que valorizem tais experiências e ao mesmo tempo compartilhem com seus colegas, colaborando para

77

pensar a prática pedagógica voltada para o respeito, às diferenças e promovendo assim a inclusão.

[...] A inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária, e respeitosa, orientada para o acolhimento a diversidade humana e pautada em ações coletivas que visem à equiparação das oportunidades de desenvolvimento das dimensões humanas (MONTEIRO, 2001, p. 1).

Por reconhecer a diversidade cultural e a forte presença religiosa, questionou

se se é notório algum tipo de intolerância religiosa em sala de aula. Na entrevista com Mar foi enfatizado que a intolerância religiosa é a mais frequente pois os evangélicos estão constantemente agredindo verbalmente uma aluna que tinha como base religiosa o candomblé.

Numa sociedade democrática pressupõe-se liberdade, igualdade de direitos e respeito à diversidade. Sabemos que ainda se faz presente muitos discursos e ações de discriminação, violência e preconceito ainda arraigado; seja nas relações raciais, nas crenças, nas questões de identidade de gênero ou nos discursos coletivos a pessoas com suas diferenças sociais. A história da humanidade está repleta de atos de muita discriminação e violência.

Sobre a intolerância observada em sala de aula, ouvi nas entrevistas com Estrela, Areia e Fogo que prefeririam não responder nada relacionado à questão, pois segundo os entrevistados, eles não tinham opiniões formadas sobre o tema e não sabiam como abordá-lo. “Preciso estudar mais para saber diferenciar”. (Areia)

Ao questionarmos sobre a prática pedagógica desenvolvida na Educação de Jovens e Adultos em relação à formação dos sujeitos para atuarem na sociedade, obtivemos como resposta que,

[...] há uma fragilidade pedagógica no processo ensino aprendizagem. A carência de metodologia na Educação de Jovens e Adultos torna esse espaço de inclusão em espaço excludente, quando sustenta a falta de promoção cognitiva e social e impõe uma aprovação [...] o aluno da EJA não chegará a ter um nível superior. (Água)

Essa visão demonstra claramente como é vista a prática pedagógica na EJA. São fortes as palavras empregadas como: fragilidade, carência, inclusão, excludente, falta de promoção cognitiva e social. São palavras que revelam certa consciência por parte do entrevistado em relação à condição em que se desenvolve

78

a prática pedagógica na EJA e ao mesmo tempo, uma subjugação dos sujeitos envolvidos.

O argumento apresentado anteriormente traz certo desconforto. É conflituoso perceber que professores e professoras da EJA pensem dessa forma, que considerem que os alunos dessa modalidade estão sendo formados de modo tão negligente, ou mesmo que a escola seja responsabilizada totalmente por não

conseguir oferta uma formação significativa para os sujeitos, cujos direitos são negados mesmo quando estão inseridos no processo de escolarização e por razões diversas não conseguem acesso, permanência e conclusão do seu processo educativo. Não é difícil entender porque,

[...] para os críticos reprodutivistas, a escola simplesmente reflete um processo de exclusão que é estrutural e não escolar. Dessa maneira, as causas do fracasso escolar, em última instância, estão fora da escola. A sua culpabilidade reside no fato de reproduzir as relações sociais, de omitir acerca dos processos de exclusão social, de não resistir às macroestruturas discriminatórias da sociedade (CANDAU, 2002, p. 69).

À medida que identificamos práticas excludentes, encontramos argumentos para continuarmos acreditando que é através de exercícios formadores e transformadores que podemos construir uma sociedade mais justa, que acolhe e não deixa o sujeito a margem, onde o ambiente escolar é visto como espaço de construção intelectual, através da valorização das individualidades, do respeito máximo para com as diferenças, com a cultura trazida de cada um e onde a verdadeira educação possa ser o elemento essencial para um mundo melhor.

Na entrevista com Areia e Fogo se frisou que a diferença de idade entre os alunos da Educação de Jovens e Adultos é um dos fatores que prejudicam a prática pedagógica uma vez que “os mais jovens não respeitam o posicionamento dos mais velhos ou alunos especiais. Já presenciei intolerância entre os alunos idosos e os alunos jovens na mesma sala de aula”. (Areia)

Em uma das entrevistas, falando sobre a atitude intolerante de um colega de trabalho, narrou-se o fato em que a pessoa teria presenciado um comportamento intolerante de uma professora do mesmo turno dizendo que “[...] em seu primeiro dia de aula, apresentou-se e informou à turma que se houvesse algum aluno que não lesse com fluência, retornasse à direção para pedir para voltar a frequentar uma das turmas da EJA I”. (Vento)